

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### **Sessão Ordinária do dia 28 de junho de 2022 - Ata n.º 61.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.<sup>s</sup> Deputados **Dr. Batista** (na função de 1.<sup>º</sup> Secretário) e **Boca Aberta Junior** (na função de 2.<sup>º</sup> Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **61.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 19.<sup>a</sup> Legislatura.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Convido o senhor 2.<sup>º</sup> Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

**SR. 2.<sup>º</sup> SECRETÁRIO (Deputado Boca Aberta Junior – PROS):** Sim, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.<sup>º</sup> 60, de 27 de junho de 2022.) Era isso o que continha, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.<sup>º</sup> Secretário, Deputado Dr. Batista, se há expediente a ser lido.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Dr. Batista – UNIÃO):** Há expediente, sim, Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano.

**EXPEDIENTE:** (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º 1840/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 310/2022, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 7812449/2022 do Tribunal de Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 266/2022, do Deputado Homer Marchese; Ofício n.º 1915/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 882/2022, do Deputado Homero Marchese; Ofício n.º 1916/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1081/2022, do Deputado Guto Silva; Ofício n.º 1872/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1691/2022, dos Deputados Anibelli Neto e Tião Medeiros; Ofício n.º 1874/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 3308/2021, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 1879/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7382/2021, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 1884/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1739/2022, do Deputado Paulo Litro; Ofício n.º 1877/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 664/2022, do Deputado Nereu Moura; Ofício n.º 293/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 457/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.102; Ofício n.º 295/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 671/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.103; Ofício n.º 294/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 466/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.104; Ofício n.º 296/2022 do Governador do Estado, comunicando que

sancionou o Projeto de Lei n.º 763/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.101; Ofício n.º 283/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 181/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.094; Ofício n.º 284/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 79/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.095; Ofício n.º 285/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 208/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.098; Ofício n.º 286/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 200/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.099; Ofício n.º 282/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 209/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.097; Ofício n.º 281/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 183/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.096; Ofício n.º 297/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 148/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.100; Ofício n.º 95/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à celebração de convênio junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná; Ofício n.º 1878/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná ao Requerimento n.º 880/2022, do Deputado Homero Marchese; Ofício n.º 1880/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1419/2022, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 1873/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1091/2022, do Deputado Michele Caputo; Ofício n.º 1881/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 5770/2021, do Deputado Luiz Fernando Guerra; Ofício n.º 1917/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 65/2022, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 1876/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7484/2021, do Deputado Professor Lemos; Ofício n.º 1914/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 1832/2022, do Deputado Professor Lemos; Ofício n.º 1882/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 241/2021, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 1924/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Sanepar ao Requerimento n.º 41/2022, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 1920/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e do Turismo ao Requerimento n.º 1834/2022, do Deputado Professor Lemos; Ofício n.º 1923/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2923/2020, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 1922/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1254/2022, da Deputada Mabel Canto. É o que consta, Sr. Deputado Ademar Traiano.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, com profunda tristeza comunicamos o falecimento, nesta terça-feira, do Sr. Jorge Amim Maia Filho, Ex-Vereador de Apucarana e Ex-Deputado Estadual. Seu pai também foi o primeiro Prefeito, pela informação que tive, de Apucarana. O velório será às 15h30, na Câmara Municipal de Apucarana, e o sepultamento na quarta-feira, às 9 horas, no Cemitério Cristo Rei, em Apucarana. Nossas condolências à família. Pelo horário do PSDB, no Pequeno Expediente, Deputado Michele Caputo.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** Usaram da palavra os Sr.<sup>os</sup> Deputados: Michele Caputo; Requião Filho; Boca Aberta Junior; Galo; Nelson Luersen; e Professor Lemos.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Presidente Traiano, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham nessa Sessão. Quero falar hoje, novamente, e agradecer ao Líder do Governo pela possibilidade, em termos de tempo, eu consegui colocar uma emenda, com assinatura de dez Deputados, que propõe alteração no parágrafo único, que fala da função privativa de policial no

âmbito do Depen. Essa emenda, em síntese, restringe as atividades de segurança nos estabelecimentos penais como função privativa. As demais, que são afetas à execução penal de assistências e administrativas, serão geridas por legislação própria. Por que apresento essa emenda ao Projeto de Lei n.º 268/2022 do Executivo? Porque é importante deixar bem claro que essa função privativa tem que ser entendida, como já disse, às atividades ligadas à segurança dos estabelecimentos penais. É isso que está definido no § 5.ºA, art. 144 da Constituição Federal. As demais funções de direção e chefias, dentro do Depen, não precisam, necessariamente, serem ocupadas dentro da estrutura do Depen por policial penal. Essas funções devem ser disciplinadas por uma lei específica. E essa lei específica é que tem que definir todas essas circunstâncias. Essa é uma reivindicação dos servidores que atuam, principalmente, nas áreas assistenciais e administrativas do sistema penitenciário. Falo isso, por exemplo, da diretoria de saúde, da divisão de especialidades médicas. Ou seja, determinar que apenas policial penal responda por esses cargos pode prejudicar a gestão desse serviço que, naturalmente, poderiam e deveriam ser exercidas, no caso que citei nos exemplos, por profissionais de saúde. Também temos outros setores assistenciais administrativos, como a divisão de reintegração social, a divisão de educação e capacitação, a área de RH, de tecnologia de informação, a área financeira e outras. Nosso entendimento é que o policial penal tem, e tem muita responsabilidade, tem competência e experiência nas questões que são afetas às atividades de segurança. Por isso, apresento essa emenda porque precisamos assegurar que outros profissionais que trabalham no sistema prisional, os agentes profissionais, os agentes de execução e os agentes de apoio também possam, nesses setores que mencionei aqui, que eles também possam exercer esses cargos de direção e chefia. É importante que na discussão da Lei Orgânica que está sendo conduzida, no âmbito do Governo, que se dê espaço para que todos os profissionais, por meio dos seus sindicatos, como é o Sindicato dos Policiais Penais, mas também as outras representações sindicais possam participar desse processo, sob pena de, mais uma vez, deixarmos de lado mais de 500 profissionais, que já ficaram de fora da discussão do órgão da Polícia Penal, já

ficaram de fora, se mantivermos aqui a proposta originária do Governo também da definição de diretorias e chefias. Portanto, peço aos Deputados e Deputadas que votar a favor quando ela chegar aqui a essa emenda de Plenário, que eu e mais nove Deputados apresentamos, não é excluir ninguém, é incluir. É dar a condição de direção de chefia para quem tem formação para atuar nessa área nos setores de saúde, no setor de TI, em todos os setores que aqui mencionei. Então, gostaria muito de contar com o apoio das Deputadas e dos Deputados desta Casa para que possamos fazer essa ressalva nesse Projeto que chegou do Executivo, lembrando sempre que a posição nossa não é contra ninguém. É a favor do que achamos em termos de perfil profissional, de competência profissional, que deva ser respeitado. Muito obrigado. Boa tarde. Bom trabalho.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados e Deputadas, aqui quero, em nome da Mesa Executiva e de todos os Deputados e Deputadas, prestar uma homenagem merecedora e justa ao nosso fotógrafo mor aqui desta Assembleia, que hoje, pela Rede Globo, tornou-se *Bicho do Paraná*, nosso Orlandão, que fez importantes fotos históricas no Brasil e no mundo. Por essa razão, escolheram-no para ser o *Bicho do Paraná*.

**DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO):** O senhor pode falar algumas fotos, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ele fotografou o Pelé, Copa do Mundo, uma bola autografada por ele. Fotografou o Bebeto marcando o gol da Seleção Brasileira, em uma decisão de Copa. Tem muitas histórias. Fórmula 1. O Lula também. Estou preocupado porque o Nani também aqui está com uma dor de cotovelo. E fiz aqui uma comparação que o Orlando fotografa o Pelé e os famosos do mundo e o Nani só fotografa o Traiano. Então, não tem como ser *Bicho do Paraná*, não é? Registro a presença aqui na Casa do Secretário da Juventude, Trabalho e Capacitação de Foz de Iguaçu, nosso amigo Gilberto Xisto, o Xistinho, filho do nosso sempre eterno Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Xisto, e dos Vereadores de Capitão Leônidas Marques,

Sr. Revair José Rodrigues e Matheus Barea, por solicitação dos Deputados Nelson Luersen, Goura e Professor Lemos. Sejam todos bem-vindos. Com a palavra, Deputado Requião Filho.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Obrigado, Presidente, demais colegas. Dia 28 de julho de 1969, na cidade de Nova Iorque, no bairro de Greenwich, em um bar chamado Stonewall, a polícia nova-iorquina, mais uma vez, invadia aquele estabelecimento de forma truculenta, como vinha fazendo desde há muito, mas, nesse dia, os frequentadores desse bar resistiram e se colocaram. Era um bar LGBT. E hoje, dia 28 de junho, marcado por esta data, é o Dia Internacional do Orgulho LGBT. E vejo aqui em diversos plenários Brasil afora, Deputado Goura, as pessoas propagando que defendem a vida, que defendem a família e que defendem a liberdade, mas vejo, em seus discursos, que a vida que eles defendem é vida que eles querem levar. A família que eles defendem, é a família que eles acham que é correta e que a liberdade só serve a deles. Os demais são perseguidos, são marginalizados e são, muitas vezes, odiados. Por isso, hoje faço aqui o registro do Dia Internacional LGBTQIA+, uma luta que demanda muita coragem por parte dessas pessoas no Brasil, como o Brasil que temos hoje. Um Brasil machista. Um Brasil homofóbico. Um Brasil misógino. Um Brasil reacionário. E defender a vida é defender todas as vidas. E fico horrorizado quando vejo pessoas se esconderem atrás de livros religiosos para condenar o amor das pessoas. Nos dez mandamentos na Bíblia que leio, diz que tem apenas um Deus, ele diz que você não deverá usar o nome de Deus em vão; deverá guardar os dias santos; que você não deverá matar; que você não deverá cometer adultério; que você não deve roubar; que você não deve dar falso testemunho; que você não deve cobiçar o próximo, e o que você deve. E o mais importante acho que é o que o “não deve matar”. E estamos em um Brasil falando e pregando o ódio até mesmo em templos religiosos, em discursos políticos e temos aí uma parte da população que vive com medo. E essa ignorância, pois nada mais do que a ignorância justifica a homofobia ter matado pessoas. É a mesma ignorância que nos leva a casos absurdos de feminicídio, que nos leva ao racismo, é a ignorância que vem tomando conta de um País que era um País tão bonito, que sempre,

sempre pregou a igualdade e a liberdade e o amor às pessoas. A Bíblia diz: “Amai-vos uns aos outros”, não vos amassai uns aos outros. A ideia é pregar o amor, a ideia é respeitar as pessoas como elas são, não é uma questão de opção, é uma questão de orientação. E ainda hoje, 2022, as pessoas são perseguidas, não são contratadas, são marginalizadas, são prejulgadas por um preconceito idiota por parte de pessoas ignorantes. O Brasil precisa evoluir e precisamos defender a vida, mas todas as vidas. Vamos nos tratar como seres humanos, vamos nos tratar com respeito acima de tudo. Por isso fiz questão de subir à tribuna hoje e marcar esta data, em um Brasil tão reacionário que é preciso lembrar o Dia do Orgulho LGBTQIA+ para exigir o respeito aos seres humanos, às pessoas e a todo tipo de amor. Não é isso senão que uma obrigação nossa como representantes do povo paranaense e do povo brasileiro. Muito obrigado.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem,* Deputado Goura.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Queria só agradecer e parabenizar o Deputado Requião e agradecer à Mesa, Sr. Presidente, por solicitação do nosso mandato, pela iluminação hoje do prédio da Assembleia nas cores do arco-íris em alusão ao Dia do Orgulho LGBTQIA+, já mencionado pelo Deputado Requião. É muito importante essa manifestação porque ainda convivemos em um País com índices lamentáveis de violência contra a população LGBTQIA+. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Boca Aberta Junior, pelo PROS.

**DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS):** Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, a todo público que nos acompanha. Hoje pela manhã estive presente no Palácio Iguaçu em um momento importante para a nossa cidade, de Londrina, não só Londrina, mas toda a nossa região, todo o Norte do nosso Paraná, para a assinatura da Ordem de Serviço da implantação e da

criação do 30.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná. Batalhão que vem para somar com as forças de segurança do nosso Estado, juntamente também, nessa última semana, o Governador anuncia a contratação de mais de 2 mil policiais militares e tenho certeza de que será de extrema importância em um ponto estratégico da Zona Norte da nossa cidade, lá nos cinco conjuntos, será feita a construção do 30.º Batalhão da nossa Polícia Militar e também com a criação do 30.º, a 11.ª Companhia Independente de Cambé, capitaneada antigamente ali à nossa quarta companhia independente pelo competente Comandante Major Tordor, que hoje institui essa grande criação com o apoio de todos os Deputados da nossa região. Uma demanda, uma reivindicação antiga do povo de Londrina e do todo o Norte do nosso Paraná, porque é um Batalhão, como disse, em um ponto estratégico, que vem para somar e dar mais segurança e mais tranquilidade a toda a população daquela região e que também vai abranger diversos municípios, não só Londrina. Quero deixar aqui os parabéns ao Governador Ratinho Junior e a todos os envolvidos no Projeto que, como disse, é um momento histórico para nossa cidade e de muita felicidade com a criação desse tão sonhado Batalhão da Polícia Militar de Londrina. E também quero aqui, não posso deixar de falar, aproveitar a oportunidade de dar os parabéns ao nosso Tribunal de Justiça do Paraná. Recebi em meu gabinete um portfólio que trata como, o ser humano como o centro da Justiça, Projeto capitaneado das ações do último biênio pelo atual Presidente e Desembargador José Laurindo, que foi motivo de até algumas honrarias e algumas conquistas de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo nosso Tribunal de Justiça e que hoje é referência, no Brasil, destacado como o melhor Tribunal de Justiça do Brasil o nosso TJ/PR, que em 2021 bateu recorde no julgamento de processos em plena pandemia e isso deu a conquista da categoria ouro do Prêmio CNJ de Qualidade, do qual também o nosso Tribunal de Justiça atingiu 100% no IPC justo, que é o índice que mede a produtividade de todos os tribunais do Brasil. E também não posso deixar de falar de todos os projetos capitaneados pela atual gestão. Em nome de todo o Tribunal de Justiça, de todos os Desembargadores, todas as ações sociais promovidas, ações voluntárias que têm dado o devido amparo a toda a sociedade na prestação

jurisdicional, colocando sempre o ser humano como centro da Justiça e também todos os programas de expansão, programas de cidadanias desenvolvidos agora nessa atual gestão com a criação do Observatório de Direitos Humanos, importante criação desse Observatório que desenvolve um brilhante trabalho dentro do Tribunal de Justiça, como também a criação do Observatório de Dados e sem falar na melhora da prestação jurisdicional, como disse, a toda a população paranaense do nosso Estado. Tenho certeza de que hoje nosso Tribunal de Justiça é referência para o Brasil e para o mundo e, com certeza, motivo de muito orgulho a todos os paranaenses. Deixo aqui os parabéns à atual gestão, ao Desembargador-Presidente José Laurindo pelo excelente trabalho desempenhado frente ao nosso brilhante Tribunal, que temos o privilégio e o prazer de poder, como cidadão paranaense, ter orgulho de ter esse Tribunal tão bem representado e que ajuda tanto a nossa sociedade, como disse, na prestação jurisdicional e a toda população do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Galo.

**DEPUTADO PAULO LITRO (PSD):** *Pela ordem*, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Paulo.

**DEPUTADO PAULO LITRO (PSD):** Enquanto o Deputado Galo está se direcionando aqui à nossa Tribuna, só gostaria de registrar a presença do Roberto Maeller, que é atleta olímpico, cascavelense, foi Campeão Mundial de Canoagem, Maratona Master, na categoria K1, para atletas com idade entre 35 e 39 anos, onde foi disputado em Baskov, na Romênia. Prova de 19 quilômetros. Teve uma chegada emocionante, decidida apenas com o auxílio de equipamentos eletrônicos. Cascavelense, *Bicho do Paraná*, está recebendo uma Menção Honrosa aqui da Assembleia Legislativa. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok, Deputado Paulo. Por favor! (Aplausos.) Deputado Galo, com a palavra.

**DEPUTADO GALO (PP):** Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados. Meu querido Orlando, parabéns Orlando! Viva o Orlando! Pede tua parte em dinheiro também! Dito isso, senhoras e senhores, o que é, o que é senhoras e senhores, entrar em um Pronto-Socorro – ainda bem que tem o Pronto-Socorro Cajuru –, mas, imaginem uma mãe, uma filha, quando a mãe entra meia-noite e 15 com AVC. Vai para dentro. A filha nervosa, ansiosa, além de pagar uma desgraça do estacionamento – que tentei aprovar aqui, nesta Casa de Leis, um Projeto para isentar as pessoas que levam seus doentes no estacionamento de hospital, mas não passou aqui, lamentavelmente! Mas, senão vejamos: meia noite e meia, uma hora da manhã, uma e meia, duas horas e ela sentada e uma cadeira horrorosa, em uma cadeira fedida, sem nenhum conforto para que ela pudesse ficar ali, ansiosa, mas confortável para aguardar uma resposta sobre a sua mãe. Então, às 7 horas da manhã, quando houve mudança de turno, sai uma moça, que não tem culpa, e chama: *Maria, Zé, Pedro, tua mãe está assim, teu irmão está assim. É isso. E podem ir embora.* Espera aí, quando é que vamos mudar esse *status quo* de mau atendimento à população? Quando que vamos acordar? Hein, digam-me, quando é que vamos acordar? Façam como, hein, Michele Caputo, tem que fazer igual ao Hospital do Rocio, que é referência. Para esse me rendo, Michele. O Hospital do Rocio pegou o SUS e mostrou que é possível, sim, trabalhar com o SUS com excelência. Agora, vem cá, minha gente, dá uma olhadinha o que acontece dentro de uma UPA, por exemplo. Alô, Prefeitura de Curitiba! Uma hora e meia, duas horas, três horas, quatro horas, cinco horas, seis horas aguardando atendimento. A moça que está atendendo não tem culpa, mas está estressada porque vão lá: *Moça, estou com dor.* Tem que esperar o médico. E o médico vai fazer o quê? Um exame rápido e vai entregar um papel dizendo assim: *Quero este exame aqui.* Vocês sabem o que vai acontecer com esse pedido desse médico? Entra na fila do SUS. Vai entrar na fila do SUS para conseguir um exame. O SUS é bom. O SUS não é ruim. O drama é a administração, é a gestão. Se no Hospital do Rocio deu certo, por que não dá

certo com os demais? Uma pergunta. E quando temos o Pronto-Socorro Municipal do Cajuru, que bom que existe, mas temos que nos sujeitar na maneira como o hospital, como o Pronto-Socorro do Cajuru quer? É daquele jeito? Sem uma satisfação, sem um apoio para família que fica lá esperando. *Hein, minha mãe morreu? Minha mãe está viva? O que está acontecendo?* Um jovem chega com o pé arrebentado dentro do pronto-socorro, ele chega por volta das 10 horas da noite. Às três horas da manhã ele grita: *Ai! Ai! Ai! Não aguento mais! Meu pé está sangrando! Senta aí senão vamos chamar a segurança!* Hein, isso é atendimento para o povo? Então, esta Casa de Leis, Sr. Presidente, precisamos nos manifestar a respeito de um bom atendimento para a população. Ninguém, até hoje, Michele, você que foi o grande Secretário da Saúde, exemplar para este País, ninguém falou até hoje em mexer na caixa-preta do que é o SUS. Imagine uma CPI contra o SUS. Moço do céu! Como é que faz para atender à população? Gestão e boa vontade. O que não podemos aceitar é que uma mãe ou uma filha que fica esperando o resultado da sua mãe, que chegou à meia-noite e meia, e às 7 horas da manhã vem uma moça e grita: *Atenção, Maria! Atenção, Pedro! Atenção, Paula! A tua mãe está assim. O teu pai está assim. O teu irmão está assim.* Vira as costas e bate a porta. Ela é culpada? Não. Ninguém fiscaliza. E se *arrepiar*, chama o segurança. O segurança não tem culpa. Ele vai ter que agir. Tem uma ordem para ele: *Põe para fora!* Mas agora vai terminar o meu tempo aqui. Senhor Presidente, me dá mais um minuto, por gentileza, nobre Deputado Traiano.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, Deputado. Um minuto para concluir.

**DEPUTADO GALO (PP):** Para concluir. Mas agora, senhoras e senhores, preparem-se! Começa a acenar que terão mudanças. Não esqueça que a eleição está pertinho. Aí vem a eleição! E aí? O que vamos fazer? Vamos deixar assim? Tem que ter coragem. Sou forjado nas ruas. E quem está falando aqui, senhores do Pronto-Socorro do Cajuru, é o Galo. Vocês já me processaram quando era apresentador. Podem vir, aqui tem pelo povo. Atender melhor é o mínimo que pode ser feito.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Com a palavra, Deputado Nelson Luersen.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Quero saudar aqueles que nos acompanham pela TV *Assembleia*, pelas mídias sociais. Quero dizer, Sr. Presidente, que nós sudoestinos cobramos muito do Governador Ratinho Junior nos últimos anos, e não só do Ratinho Junior, como também do Governo anterior, a recuperação da PR-280. Cobramos, a população cobrou, o setor produtivo, os caminhoneiros, os transitantes daquele trecho que vai principalmente de Horizonte até Palmas. Há alguns meses, o Governador esteve lá em Palmas, estivemos com ele, fazendo o lançamento da obra, autorizando o início da obra. E, agora, chegou o momento também de virmos aqui, nós que cobramos do Governador a recuperação daquela rodovia, agradecer. Agradecer ao Governador Ratinho Junior, ao Secretário de Infraestrutura e Logística. Registrar aqui a luta que todos os Deputados da região tiveram, Deputado Guerra sempre cobrando, Deputado Guto Silva, Deputado Traiano, Deputado Reichembach, Deputada Luciana, Deputado Anibelli, Deputado Reichembach, que conosco sempre cobraram a realização dessa obra. Semana passada, Deputado Guerra, passei na rodovia e a obra está andando, está acontecendo. Acredito que já temos mais de 60% da obra concluída, uma obra de qualidade, com recapeamento sendo feito em concreto, nos mesmos moldes que foi feito um trecho da 163, que já está sendo duplicada também. A obra está parada na 163, mas vejo com alegria que o Governo do Estado está disponibilizando os recursos, fazendo com que essa obra tão importante para região Oeste e sudoeste do Paraná, para região Oeste de Santa Catarina, uma rodovia que liga o Sul do Brasil ao Centro-Oeste, ao Norte, fazendo com que por ali passe um grande número de caminhões, transportando a produção agrícola, inclusive sendo utilizada essa estrada para vir rumo também ao Porto de Paranaguá. Então, quero aqui parabenizar e agradecer ao Governador Ratinho Junior, a toda a Secretaria de Infraestrutura e Logística, pela bela obra que está sendo realizada na PR-280. Acredito que, se assim continuar, até o fim do ano, vamos ter concluído esse trecho que é de suma importância para todo nosso

Estado do Paraná. Então, obrigado, Governador! Obrigado ao Secretário da Infraestrutura e Logística, por essa obra que está acontecendo lá no Sudoeste do Paraná, que é a PR-280. Seria isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, todos os nossos visitantes, quero cumprimentá-los, cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Hoje é um dia muito triste para nós do Partido dos Trabalhadores e também para a população e para os católicos, especialmente da região de Maringá. Tivemos a notícia triste do falecimento do Padre João, o Padre João Caruana. Então, o Padre João está no Brasil já há muitos anos e faz uma militância, e fez uma militância muito importante, tanto em Maringá quanto na região, teve um período que ele morou em Rondônia. Ele foi militante das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, caminhou com quem não tinha trabalho, com quem não tinha casa para morar, caminhou com quem não tinha onde plantar porque era sem-terra. Ele fez todo um trabalho na defesa do interesse público, na defesa da reforma agrária, da agricultura familiar. Deixou um legado muito grande, inclusive livros importantes falando da sua trajetória e do trabalho que desenvolveu aqui no Brasil. Ele que veio lá de Mali, lá da Europa, escolheu o Brasil para fazer esse trabalho bonito pela Igreja Católica. Então, a nossa homenagem aqui a esse grande sacerdote da Igreja Católica que fez a diferença, deixando, então, uma marca muito positiva aqui no nosso Estado do Paraná, no nosso País. E a maior homenagem que podemos fazer ao Padre João é continuar levando adiante as bandeiras que ele sempre empunhou, a defesa de uma sociedade justa, uma sociedade solidária, fraterna, uma sociedade em que todos e todas possamos viver com dignidade. Então, ficam aqui os nossos sentimentos, os nossos pêsames a toda a família, aos amigos, à população de Maringá e da região e a toda a comunidade católica do nosso Estado. (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** No Grande Expediente, próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram da palavra o Sr. Deputado Ricardo Arruda e Sr. Demerval Silvestri.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Senhor Presidente, colegas Deputados e Deputadas, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais redes e nossos convidados que aqui estão. Estou usando este horário do Grande Expediente para fazer uma merecida homenagem à Socipar, Sociedade Civil do Estado do Paraná. A Socipar tem feito um trabalho de extrema importância para o desenvolvimento do Estado do Paraná e vem contribuindo muito junto ao Governo do Estado e também ao Governo Federal para atender às demandas principalmente da... não vou falar de uma região, não, mas do Paraná inteiro, porque os projetos que eles encamparam, que foi a duplicação da 376, entre Paranavaí e Nova Londrina, e a ponte que vai ligar o Paraná ao Mato Grosso do Sul. Essa ponte realmente vai trazer um resultado na economia do Paraná muito importante, não só no agronegócio, mas também no turismo do Paraná. E a Socipar há nove anos vem lutando para que essa demanda seja atendida. E posso dizer, estou há pouco tempo aqui contribuindo junto a esta demanda e recebi as informações diretamente do Presidente da Socipar, o Demerval, e do Vice-Presidente, o Ivo Pierin, no dia em que estiveram no meu gabinete, achei isso extraordinário e a partir dessa data comecei sempre a tentar fazer a minha parte aqui para colaborar com essas demandas que são de extrema importância ao Paraná. E não fica só nisso, na ponte e na duplicação, tem outras demandas que eles sempre estão trazendo e lutando junto para o desenvolvimento do Paraná, e não é função deles, não, não há interesse político nessa ação, o interesse realmente é em prol do Paraná, do desenvolvimento do nosso Estado. Gostaria aqui então de chamar para dar uma palavrinha, Presidente, o Presidente da Socipar, Sr. Demerval, que vai contar um pouquinho da Socipar. Aí, no final, fazemos a entrega da Menção Honrosa, merecida homenagem, embora singela, pela grandeza que eles têm feito aqui no Paraná. Ok?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Bom, faço então aqui o registro dos convidados que se fazem presentes nesta tarde, o Demerval Silvestri, Presidente da Sociedade Civil Organizada do Paraná, Socipar, o Ivo Pierin Junior, Vice-Presidente da Sociedade Civil Organizada do Paraná, o Dante Ramos Junior, Secretário da Sociedade Civil Organizada do Paraná, e o Dilson Avelar, Tesoureiro da Sociedade Civil Organizada do Paraná. Pois não, com a palavra o Sr. Demerval.

**SR. DEMERVAL SILVESTRI:** Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Traiano, nosso companheiro Secretário Romanelli, grande parceiro e membro da Socipar também, Deputado Ricardo Arruda e Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. É uma honra novamente estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde já, por várias situações, estivemos presentes defendendo projetos importantes para o Estado do Paraná, dentre eles colocamos aqui 285 pessoas da nossa região para que pudéssemos conseguir levar a Reitoria da Unespar para Paranavaí. Também estivemos aqui em uma oportunidade, por indicação do Deputado Romanelli, a uma moção de aplausos à Dr.<sup>a</sup> Priscila, da Aspipp, de São Paulo, quando a implantação do projeto *Irriga Paraná*, um projeto de irrigação. É muito importante colocarmos essas situações, porque foram situações que vieram ao encontro do interesse do nosso Estado do Paraná. E agora agradecer ao nosso Deputado companheiro, parceiro, membro da Socipar também, o nosso Ricardo Arruda. Esse trabalho que fazemos sobre a questão da duplicação de Paranavaí a Nova Londrina e com a ponte ligando ao Mato Grosso do Sul é realmente muito importante não só para a nossa região, mas para todo o Estado do Paraná, pelo fato de que é a única rodovia que vai ligar o setor produtivo do Centro-Oeste brasileiro, parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá. E é muito importante a participação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e do Governador Ratinho Junior, assim também como do nosso Secretário da Agricultura nos projetos que sempre estivemos debatendo aqui no Estado do Paraná, o Secretário da Agricultura Ortigara. Então, neste momento, gostaria muito de pedir o apoio da Assembleia Legislativa neste projeto importante que é o projeto da irrigação e gostaria de relatar um fato

importante para vocês aqui e gostaria que a Assembleia Legislativa tomasse a iniciativa também para que pudéssemos fazer com que no Estado do Paraná tivesse um pedágio que fosse importante e que viesse ao encontro aos interesses da população paranaense. Saibam vocês que o nosso trecho entre Paranavaí e Nova Londrina, uma contagem que foi feita pelo DNIT em 2019, foram contados 10.770 eixos, Presidente. É importante nesta situação agora fazermos com que a Assembleia Legislativa do Paraná e os Deputados da Assembleia, Presidente Traiano, para que possamos realmente fazer com que corrijamos as distorções que conseguimos levantar com a empresa Perplan, que a Socipar contratou, para que fosse levantado novamente o número de tráfego de veículos daquele trecho. Pasmem vocês, em 2019 passavam em torno de 10.770 eixos e agora, em 2022, passaram 23.360 eixos, quase 100%. O que acontece? Se prevalecer o número de 2019, de 10.770 eixos, só naquele trecho do Lote 4, o que vai acontecer? Quando se tem um número baixo de veículos, o pedágio é alto e as obras serão postergadas para 15 ou 20 anos. E quando tem a correção com isso que estamos pedindo agora para o Estado do Paraná, já enviamos para o Governador Ratinho Junior para que faça a recontagem no Estado inteiro, para que o paranaense não pague novamente o erro do passado, do pedágio passado. Queremos um preço justo, mas também queremos que seja dentro da normalidade, com os números atuais. Da nossa região, que teve essa diferença de 100%, é para que vocês possam imaginar. Por isso a Assembleia Legislativa poderá corrigir essa distorção que aconteceu com a questão do número de tráfego de veículos na nossa região. E é importante essa questão! O Governo do Estado do Paraná também precisa tomar providências nesse sentido. Já protocolamos em Brasília, no DNIT, na ANTT e no Tribunal de Contas da União, contestamos números que foram levantados em 2019. Por isso é necessário, realmente, nós, do Estado do Paraná, a Socipar, a Sociedade Civil Organizada, com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e o Governo do Estado, para que possamos de fato corrigir essas distorções, para que o paranaense não pague um preço abusivo, que porventura possa acontecer. Temos a responsabilidade de trazer aqui essa informação. Não podemos ser omissos, para que possamos realmente fazer com que a população

do Estado do Paraná, queremos que tenha um preço justo, com um pedágio que venha ao encontro do interesse de toda a população paranaense. Por isso, Sr. Presidente Traiano, nosso companheiro Romanelli e nosso companheiro Ricardo Arruda, é essa a oportunidade que temos aqui. Agradecer pela sua indicação de hoje estarmos, aqui, falando sobre isso, Deputado Arruda, para que inclusive lá, em um evento que tivemos agora, recentemente, em Porto Rico, onde debatemos com o Deputado Romanelli, que estava presente lá, essa questão importante que é a questão da duplicação de Paranavaí até Nova Londrina. O noroeste não aceita, quero deixar bem claro, que as lideranças do noroeste do Estado do Paraná não aceitam a praça de pedágio na cidade de Guairaçá sem a duplicação, porque isso realmente seria um *tapa na cara* daqueles que aqui moram e trabalham, geram emprego e renda naquela região. Por isso, em nome da Socipar, da Sociedade Civil Organizada do Paraná, do nosso companheiro Ivo Pierin, o Dante e o nosso companheiro Adilson, queremos agradecer a oportunidade de hoje recebermos essa homenagem aqui, do nosso companheiro, por indicação do nosso companheiro Deputado Ricardo Arruda. Agradecemos muito. Em nome da população do Paraná, em nome daqueles que moram, trabalham e geram emprego e renda, agradecemos em nome da Socipar essa homenagem da nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Obrigado, pela oportunidade. (Aplausos.)

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD):** Deputado Ricardo Arruda, permite-me apenas?

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** É lógico.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD):** Fazendo um aparte aqui ao Deputado Ricardo Arruda. Quero cumprimentar o Deputado Ricardo Arruda pela oportunidade que teve de convidar aqui o Demerval Silvestri, acompanhado é claro do Dante, do Ivo, das suas respectivas esposas e filha que também está aqui

conosco. Ao mesmo tempo cumprimentar o Demerval pela longa caminhada, trajetória e coerência. Ele que preside esse grupo que é a Socipar, que efetivamente defende os interesses, o interesse público de forma muito significativa e ao mesmo tempo só lhe revelar que nós, como havia dito já na semana passada, quando estivemos juntos lá em Porto Rico, inclusive, com o Deputado Arruda, estivemos no Tribunal de Contas da União, em Brasília, em nome da Frente Parlamentar, falando em nome desta Casa. Queremos a recontagem do tráfego em todas as rodovias do Paraná. Esse é um dos pontos, que os técnicos do TCU já sabem que ele está subestimado, tem que ser refeito. Indiscutivelmente o Deputado Ricardo Arruda já protocolou um requerimento nesse sentido, inclusive, ao DER Paraná, mas isso está sendo tratado no âmbito do Tribunal de Contas da União. Mas, indiscutivelmente, é de cumprimentar essa iniciativa que foi absolutamente fundamental, naquilo que nós todos visivelmente vimos, mas que ficou documentado. No mais cumprimentar, agradeço ao Deputado Ricardo Arruda. Cumprimento-o também pela oportunidade da vinda de todos aqui. Obrigado.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Obrigado, Deputado Romanelli. Essa pauta, acho que é uma pauta que todos os paranaenses vão seguir juntos, pedindo ao Governo que realmente faça essa recontagem, que é fundamental para que o novo contrato de pedágio seja feito realmente de acordo e não como foi o outro, que torturou os paranaenses por mais de 20 anos. Então, essa Menção Honrosa, hoje, que estamos fazendo para o Presidente da Socipar, Doutor Demerval Silvestri, Ivo Perin, Vice-Presidente, Ivo Perin Junior, Dante Ramos Junior, Secretário, e o Doutor Edilson Avelar que é o Tesoureiro, que não pôde estar aqui, mas creio que o Doutor Demerval vai levar essa Menção Honrosa para eles. Quero realmente agradecer muito o trabalho de vocês, da Socipar. Agradecer aos familiares que aqui estiveram. O Demerval tem quatro filhas médicas, Demerval. Então, você pode se exaltar à vontade, aqui, porque as filhas podem dar um remedinho e acalmar. Está bom, gente. Parabéns, então. Vou fazer a entrega aqui. Muito obrigado. Obrigado, Presidente. Vamos em frente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vou suspender a Sessão por instantes, para a entrega da menção honrosa.

**(SESSÃO SUSPENSA.)**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Está reaberta a Sessão.

No Grande Expediente, Deputado Nelson Luersen. Declina?

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO):** Declino, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não. Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José, pela Liderança do PP.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.<sup>s</sup> Deputados: Soldado Adriano José (PP); Soldado Fruet (PROS); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); Ricardo Arruda (PL); Marcio Nunes (PSD); Delegado Jacovós (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

**DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, público que nos assiste pela *TV Assembleia*. Novamente subo a esta tribuna para falar de um assunto muito polêmico e importante para a Polícia Militar, porque é um assunto que está em alta, está quente aqui nesta Casa e preciso fazer essa fala para esclarecer alguns pontos. Vou falar sobre a possibilidade do avanço dos Praças para o oficialato. Foi criada uma lei, o QOPM, em 2006, que dá o direito de o Soldado, Cabo, 3.<sup>º</sup> Sargento, 2.<sup>º</sup> Sargento, 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente a serem oficiais da Polícia Militar, fazerem um concurso para ser Subtenente, para ser 2.<sup>º</sup> Tenente, 1.<sup>º</sup> Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel da Polícia. O ingresso para prestar esse concurso interno pode ser feito com um policial que tenha cinco anos de serviço. E 100% das vagas existentes dentro desse concurso, dentro do quadro do QOPM, 50% das vagas ficam para o Soldado, Cabo, 3.<sup>º</sup> Sargento e 2.<sup>º</sup> Sargento, e os outros 50% para o 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente. Então, se temos 100 vagas de oficiais abertas de 2.<sup>º</sup> Tenente, 50% para o 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente, e os

outros 50% para as demais graduações, que vai do Soldado ao 2.<sup>º</sup> Sargento. Em 2021 fomos pegos de surpresa aqui na Alep com o Projeto de Lei que foi feito dentro da nossa corporação que voltava o antigo COA. E o que diz o COA? O 1.<sup>º</sup> art. do COA já diz que acabaria com o QOPM, esse quadro especial que atende a todos, do Soldado ao Subtenente. Então, estão tentando criar o COA, que acabava com o QOPM. O QOPM atenderia ao 1.<sup>º</sup> Sargento e ao Subtenente. Iria ser Oficial, com as vagas de 2.<sup>º</sup> Tenente, 1.<sup>º</sup> Tenente e Capitão, acabaria com as vagas de Major, Tenente-Coronel e Coronel, e essas vagas passariam para o quadro QOPM, que é o quadro hoje do Coronel Hudson, do alto-comando da Polícia e da maioria dos oficiais. Então, essas vagas iriam para aquele quadro. E começou uma guerra aqui dentro de debate para que pudéssemos avançar. Essa semana essa possibilidade do COA voltou novamente, foi discutida na CCJ, e após uma calorosa discussão por vários Deputados aqui desta Casa, que já vou citar os nomes, dei o meu parecer. O meu parecer era, não sou o dono da verdade, mas um parecer construído com a base da Polícia, que deveria se manter o QOPM, porque ele atende a todos, e serem feitas algumas alterações. O ingresso não mais com cinco anos, com policiais que têm cinco anos de serviço, mas, sim, 10 ou 15 anos. E as vagas, que hoje são 50% para o 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente, e as outras 50% do Soldado ao 2.<sup>º</sup> Sargento, revertessem 60% para o 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente, e os 40% restante, do Soldado ao 2.<sup>º</sup> Sargento. Enfim, não tivemos avanço, porque era um entendimento de que se aprovássemos o QOPM com essas alterações, dificilmente conseguiríamos a abertura do concurso, que hoje temos mais de 100 vagas abertas. Então, construímos aqui na Assembleia Legislativa, com a participação de muitos Deputados, e aqui quero agradecer, agradecer aos Deputados Nelson Justus, Marcio Pacheco, Doutor Batista, Delegado Jacovós, Homero Marchese, Tião Medeiros, Tadeu Veneri, Mabel Canto, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Micheletto, Líder do Governo, com muita inteligência apoiou o que construímos aqui dentro desta Casa, Deputado Tiago Amaral, Evandro Araújo, Presidente Traiano, Romanelli, Alexandre Curi, Plauto Miró, Marcio Nunes, Estacho, Boca Aberta, Guto Silva, Guerra, Ricardo Arruda, Fruet, Amaro, Artagão, Galo, Nelson

Luersen, Arilson, Gilberto Ribeiro, Turini, Reichembach, Maria Victória, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Gilson de Souza e Mara Lima. O entendimento é: vamos criar o COA, onde vamos manter o QOPM, que o projeto inicial era para extinguir o QOPM, conseguimos, com o trabalho de todos esses Parlamentares, manter o QOPM aqui nesta Casa, 50% das vagas do 1.º Sargento e do Subtenente, que já estão ali dentro do QOPM, essas 50% dessas vagas do 1.º Sargento e Subtenente estão dentro do QOPM, iremos tirar esses 50% dessas vagas e criar o COA. Iremos alterar o QOPM para 10 anos o tempo de ingresso para poder prestar o concurso, e os dois concursos, o QOPM e o COA, terão suas vagas abertas concomitantemente, abrirá o COA e abrirá o QOPM. Com isso, manteremos o QOPM, abriremos o COA, que atende ao 1.º Sargento e aos nossos Subtenentes, com isso atenderemos a toda a base da Polícia Militar, fazendo com que um Praça da Polícia Militar, um Soldado, um Cabo, um 3.º Sargento, um 2.º Sargento, um 1.º Sargento e um Subtenente, possam ser 1.º Tenente, 2.º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel. Um Praça da Polícia Militar aqui no Estado do Paraná poderá ser Coronel da Polícia Militar, um grande avanço na segurança pública do nosso Estado, um grande avanço dentro da Polícia Militar, que estamos aprovando aqui nesta Assembleia Legislativa, com a participação de todos os Deputados Estaduais aqui desta Casa. Seria isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Registro a presença na Casa da Presidente do Sindarspen, Sr.<sup>a</sup> Vanderleia Leite, e do Vice-Presidente, Sr. Ivolcir Bonfim, por solicitação do Deputado Adriano José. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, colegas e amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*, nas nossas redes sociais, uma boa tarde a todos. Senhor Presidente, no Governo do Estado do Paraná está tendo muita discussão em relação à questão da segurança pública. O assunto está, como diz o meu amigo aqui, Deputado Adriano, aqui nesta Casa, bem caloroso, e também no Palácio. Mas lá no Palácio, Sr.

Presidente, nem tudo o que se ouve condiz com a verdade, e vou citar aqui alguns exemplos. Por exemplo, temos ouvido aí que uma propaganda do Governador, mentirosa por sinal, como sempre, que reduziu a criminalidade aqui no Estado do Paraná, mas a verdade é outra, senhoras e senhores, pessoal que está nos assistindo aqui. A verdade é que o Governador reduziu foi as Delegacias do Estado Paraná, fechou várias Delegacias no interior, impossibilitando assim o registro de ocorrências. Então, se não temos registro de ocorrências, não temos crime, estatisticamente falando. Então, é claro, quando você puxar a estatística lá, nossa: *Como reduziu a criminalidade*, porque ele fechou as Delegacias, então tem muitas dificuldades em algumas regiões para registrar ocorrência. Vou citar aqui alguns exemplos. Tem cidades que a vítima tem que rodar mais de 80 quilômetros para registrar uma ocorrência. Vou citar aqui perto, aqui da capital, olha aqui, Paranaguá, Morretes, Matinhos e Pontal do Paraná, se quiser fazer um boletim de ocorrência em uma Delegacia, tem que ir lá para Guaratuba e pegar o tal do nosso famoso *ferryboat*, de madrugada. Como que uma vítima de violência doméstica, uma mulher, vai sair dessa região, pegar um *ferryboat* de madrugada, ir à delegacia? E uma viatura da PM atender a uma ocorrência dessa e levar a vítima e o agressor lá em Guaratuba, para voltar tem que depender do *ferryboat*, e se não tem *ferryboat* não terá viatura para cuidar dessas. Esta aí, essa aqui é a realidade. Não é a propaganda enganosa do Governador Ratinho Junior. Só citei isso porque meu assunto aqui é sobre um Projeto, um PL, inclusive vamos votar hoje aqui, o PL n.º 270, que cria 468 cargos na Polícia Militar. Mas, antes de tudo, quero fazer uma pergunta à população que está nos assistindo. Quando você chama, liga para o 190, quem vai atender à ocorrência na sua casa? A viatura. Quem está dentro da viatura? É um coronel, é um capitão, é um major ou é um cabo ou um soldado? É um cabo ou um soldado que vai atender à ocorrência. Não um coronel, um capitão, um major. Esses guerreiros que estão na rua patrulhando. Então, Sr. Presidente, desses 468 cargos aqui que serão criados, 375 são praças e 93 são Oficiais. Esse tipo de Projeto, quando parte lá do Governo, tem somente um propósito, dizer para a população que está criando cargos de policiais para ter mais segurança ao cidadão, mas é outra mentira, gente. É outra mentira. Primeiro

porque existem, pasmem os senhores, de 8 mil a 10 mil cargos vagos na Polícia Militar. De 8 a 10 mil cargos vagos dentro da estrutura da Polícia Militar, decorrentes de aposentadorias, de baixas e outras situações. São milhares de cargos de Soldados e um pouco mais aí de mil cargos de Oficiais, que estão vagos. Então, qual o significado, o sentido de criar cargo que já está vago? Não tem ninguém ou está aumentando mais cargo vago, mas se o Governador quisesse mesmo resolver o problema da segurança pública, ele poderia convocar os militares para preencher essas vagas. Não é necessário aprovar aqui 375 vagas, porque já existem 20 vezes mais vagas em aberto. O que temos nesse Projeto é tão somente garantir a criação de mais cargos de Oficiais. O que é claro, é justo, também está defasado, mas não podemos considerar essencial. O essencial é, como disse, é recompor o quadro de Praças na PM. Essencial é o Praça na rua e não a criação de batalhões no papel. Mudar o nome de uma companhia para batalhão não vai trazer a segurança do cidadão. Tem que vir junto o número expressivo de policiais para preencher esse batalhão. Vou citar aqui sete cidades, o pessoal do noroeste, do Norte vai conhecer aqui: Santa Mônica, Santa Izabel, Planaltina, Querência, Castelo, Porto Rico, São Pedro. Sabem quantos policiais cuidam dessas sete cidades? Dois policiais. Dois para cuidar de sete cidades. Isso é segurança pública? Isso é diminuir a criminalidade? Então, gente, é uma pouca vergonha quando o Governador vem com esse discurso demagógico sobre segurança pública. O anúncio aí da convocação de mais de 3 mil soldados é algo louvável por parte do Governo. Com certeza. Apoio. Mas vamos fazer um simples cálculo. Vamos fazer uma conta? Cada ano cerca de 1.200 policiais dão baixa na PM. Nos últimos anos, após a maldade do Ratinho Junior na previdência, muitos foram para a reserva. Então, pela média de um mandato de Governador, 4.800 policiais deixam as fileiras da PM. Estão sendo contrato 3.400 agora. Então, o Ratinho Junior está nos devendo ainda aí, só no Governo dele, 1.400 policiais. A segurança se faz com efetivo, Governador. Para cada policial que deixa a PM, outro deve ser convocado imediatamente. Não uma vez a cada mandato, apenas para dizer que está contratando um volume grande de policiais. O que o Governado está fazendo é tão somente repor parte dos que

já se aposentaram no seu mandato. E não são apenas policiais, bombeiros militares também estão faltando no Paraná. Nossos irmãos bombeiros militares estão na mesma situação. Existem várias cidades do Estado onde o Siate está deixando de prestar atendimento por falta de efetivo, como o caso de Umuarama, do Deputado Delegado Fernando aqui, cuja imprensa denunciou o fato que temos a viatura, mas não tem polícia, está lá a viatura do Siate, mas cadê o bombeiro? Não tem. Agora, mais outra mentira que esse Governador Ratinho Junior está propagandeando aí, outra mentira. Ele disse que o salário do Soldado para o Coronel teve uma redução, antes a diferença era de 60%, baixou para 45%. Ele falou ontem lá no Guatupê isso aí, está gravado isso. Mas aprovamos aqui essa tabela aqui de subsídio. Não sei quem é que está fazendo a conta para o Governador lá, deve ser o Feder, ou alguém, não tem outra explicação. Se pegarmos aqui a diferença salarial no início de carreira de um Soldado, o salário dele de início de carreira será de 5.401 e um Coronel 19.840. Então, se fizermos uma diferencinha aí de 5 mil para 19, a diferença de salário no primeiro ano do Soldado, a diferença é de 260%. De onde ele tirou essa diferença de 60 para 45? Mas vamos pensar que o Coronel não entra Coronel, ele vai passar um tempo para virar Coronel, vamos pensar que 20 anos para virar Coronel, pegamos um salário de um Coronel e de um Soldado, dentro de 20 anos na caserna, a diferença salarial é de 280%, porque um salário de um Soldado em 20 anos de serviço é 6.499 e de um Coronel é de 24.748. Então, a diferença aí é de 280%, está aqui, está na tabela que aprovamos aqui. Que raio de diferença é esse que ele fala nesse discurso mentiroso e demagógico aí? Então, quando for falar de segurança, fala com seriedade, fala com verdade. Então, por isso que digo aqui, senhoras e senhores, o que vamos votar aqui é uma tremenda de uma demagogia. Vamos votar aqui é mentira, é mentira, porque não temos polícia para colocar nesses batalhões que estão sendo criados. Vamos colocar um Coronel, um Capitão, um Major, e vão ficar lá dentro do Batalhão. Quem vai estar na rua? Ninguém. Mas a cidade ganhou um Batalhão. Mas e o polícia? Não, espera aí, tem que remanejar. Mas remanejar como? Vou tirar de uma cidade que já não tem, colocar lá simplesmente por mera politicagem? Então, quando você quiser

fazer política, faça com outra coisa, mas não venha aqui fazer politicagem com a segurança pública, que é muito sério, que nossos policiais estão se matando em escalas aí para ficar tapando buraco que o próprio Governo cria, essas ideias demagógicas aí que aparecem aqui nesta Assembleia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Litro – PSD):** Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Antes de iniciar aqui o motivo que me traz à tribuna, Sr. Presidente, só quero fazer um registro que me preocupou. No dia de ontem três diretores me ligaram, que fazem parte do Núcleo Sul aqui de Curitiba, e não sei exatamente por orientação de quem, mas os três, que não estão, obviamente, dando versões fantasiosas, fizeram, apresentaram uma queixa, Deputado, que estão sendo “convidados para churrascos de candidatos a Deputado Estadual e com o objetivo de pelo menos levarem até 10 pessoas nesses churrascos”. Acredito inclusive que o Deputado, que está sendo dito em nome do Deputado que está sendo falado, talvez nem saiba disso, mas é preciso que o Núcleo Sul tome atenção a isso. Não dá para uma pessoa que tem um cargo dentro do Núcleo ligar para a diretora de escola, fazer convite para que venha em um churrasco do Deputado “A”, “B”, ou “C” e ainda determinar que ele tenha que trazer mais 10 pessoas, mesmo sabendo que esse diretor não tem nenhuma relação nem com a pessoa, nem com o Partido, nem com o Governo. Então, fica aqui, Sr. Presidente, eu, até por uma questão de, acho, de cuidado, preferimos aguardar que o Núcleo se manifeste, porque o Núcleo hoje mesmo, a Secretaria já deu sinais que não haverá possibilidade de candidatos percorrerem escolas, unidades de saúde, espaços públicos, é uma providência que talvez tenha algum cuidado, mas, obviamente, que menos ainda ligar para diretores de escola determinando que vão a festividades e que levem, além disso, ainda levem mais um número de pessoas porque é a cota que cada um tem. Vim a esta tribuna, Sr. Presidente, porque esperei, falei até com o Professor Lemos e com o Deputado Arilson, esperamos

que até hoje – talvez ainda chegue, tomara que chegue. Somos sempre esperançosos, Deputado Traiano, mas estamos aguardando que ainda chegue uma mensagem que possa recompor parte do salário dos servidores. Deputado Marcel, que é o Líder do Governo, fez reuniões com o FES, com o Fórum Estadual de Servidores Públicos, esteve na Casa Civil. O Governador deu uma declaração absolutamente infeliz quando disse que os servidores já tinham recebido tudo que precisavam. Isso agora é só bagunça de sindicato. Ora, o Governador parece que ignora que ele está há quatro anos sem reajustar salário dos servidores públicos e já tem seis anos sem reajuste. Parece que o Governador Ratinho tem a memória seletiva. Ele esquece que antes de ser Governador, quando ainda era candidato, aliás, quando estava aqui nesta Casa, sentava lá, lá atrás onde está o Deputado Nelson Justus, agora, ali com o Deputado Guto, o candidato, o então candidato Ratinho ficava lá naquele fundão. E uma das vezes que conversamos, ele falava: “A primeira coisa que vou fazer assim que assumir é abrir um diálogo com os servidores públicos, porque não é admissível que fiquem depois de dois anos, sem reajuste, que continuem sendo ignorados pelo Governo”. Ah, Governador Ratinho, que memória curta e seletiva. O mesmo Governador que falava isso, nos últimos meses do Governo, da Governadora Cida Borghetti, o Líder era o Deputado, Deputado que hoje é Deputado Federal, Lupion, e ele falava: “Quero ver vocês fazerem isso quando forem Governo”. Infelizmente parece que está vendo fazerem exatamente o contrário. Concedo-lhe um aparte, Deputado Michele.

**Deputado Michele Caputo (PSDB):** Obrigado, Deputado Tadeu. Estou apurando denúncias que estão chegando até a minha pessoa, de gente fazendo pior do que o Deputado relata aí. Estão fazendo, estão monitorando as redes sociais de pessoas que têm cargos de confiança. Inclusive com ameaças veladas. Talvez, Deputado Tadeu, tenhamos que lembrar a Lei do Psiu – não sei se o senhor lembra – não é, das pessoas, talvez tenhamos que implantar aqui, aprovar a Lei do Psiu, dizer para os servidores o seguinte: *Psiu, oh, só vai lá e vota.* Mas isso que o senhor fala é algo altamente condenável. Parabéns.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado, Deputado Michele. Hoje só voltando, Deputado Michele, hoje tivemos uma conversa com alguns diretores desses que foram intimados a ir a churrasco, independentemente de comerem ou não comerem, a ir ao churrasco e levarem mais os seus 10 convidados. E vamos trazer nesta tribuna inclusive porque um funcionário público, seja ele cargo comissionado, seja cargo efetivo ou Deputado, é vergonhoso que resolva fazer sua campanha eleitoral, agora, aliás, isso é crime, é crime passível de cassação de registro. E vamos, vamos inclusive em uma dessas festividades aí e vamos lá, também, para ver como é que é, afinal de contas, uma festa onde lhe convidam, aliás, vamos convidar todos os Deputados. Tem vários Deputados aí que poderiam ir lá, já que está sendo convidado e obrigado a levar mais 10. Podemos levar todos os Deputados para irem nesses “benditos” churrascos. Não é? Quando achamos que o tal pão com linguiça que se fazia tanto, estava já com os dias contados, agora inventaram uma nova. É diretor com pão, linguiça e ainda convidados. Mas volto aqui, Sr. Presidente, como falei, à memória seletiva do Governador Ratinho. Espero, espero, ainda tenho, temos até o final da tarde, sei que não virá, falei ao Deputado Lemos: *quem acredita que o Governador Massa vai mandar aqui o reajuste dos policiais, vai mandar reajuste para os funcionários da saúde, vai mandar o reajuste para os professores?* Não é o 32% que tem lá de dívida, porque isso sabemos que não virá. Cerca de 37%, agora. É a data-base, é descongelar, é fazer o pagamento daquilo que falou no seu primeiro mês de Governo, que faria logo depois de eleito, que faria como uma das suas prioridades, recompor o salário dos servidores. Não acredito que o Governador possa dizer que o Estado está quebrado. Tem dinheiro, tem dinheiro na saúde, tem dinheiro na educação. Se falta dinheiro aqui e ali, é preciso que quando o Secretário vier aqui, o Secretário explique com todas as letras, porque em um dia o Secretário vem aqui e diz, Deputado Homero, que tem 8 bilhões em caixa; depois os 8 bilhões magicamente desaparecem. Aí o problema é que baixou, agora, a tal da taxa do ICMS, da alíquota do ICMS. Mas o servidor público vai ficar quantos anos, 20 anos sem reajuste, 15 anos sem reajuste, 10 anos? Estamos perdendo gente nesse período pós-pandemia que poderia estar recebendo e se

não dá para pagar tudo, não paga, mas alguma coisa acredito que o Governador tem condições de sinalizar e fazer. Nesse sentido, inclusive, temos uma carta assinada por todos os sindicatos de todas as universidades, uma carta que foi feita e enviada acredito que a todos os Sr.<sup>s</sup> Deputados e Deputadas, onde colocam que as IES já ficaram fora do auxílio-alimentação e da gratificação de tecnologia e ensino, GTE. Ainda há o risco de não haver aprovação de pequenas mudanças nas carreiras de técnicos e docentes propostas pela Seti. A própria Secretaria, que não é mais Secretaria, mas um departamento da Seed, propõe que haja isso e, mesmo assim, ficará fora. Entre elas, separei só duas: a redução de tempo para a carreira técnico-científica, técnico universitário, perdão; a redução do tempo da primeira progressão que passa de sete para três anos, lembrando que se mantiverem sete anos, Deputado Michele, quem tem uma carreira de 30 anos terá quatro progressões durante a carreira inteira. A cada sete anos, terá o tempo da primeira progressão será depois de sete anos. No que diz respeito à carreira do magistério público e ensino superior, adicional de incentivo à titulação para que continuemos tendo as pessoas fazendo especializações; proposta de incremento de 5% para cada título e especialidade de 20% e 25%, e aí segue. Digo isso, Sr. Presidente, porque esta Casa sempre recebeu os servidores públicos, sempre, sempre ouviu. Agora aconteceu uma coisa surpreendente: ouvimos, ouvimos, ouvimos, ouvimos, mas não saímos disso. Então, que possamos ter nesse próximo período... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Um minuto para concluir, Deputado Tadeu.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ... nesse próximo período, não é a sensibilidade do Governador, mas é, eu diria que a clareza nas palavras que o Governador profere. Se não tem nada, que dissesse quando era candidato: *eu, se eleito, não vou colocar nada no salário do servidor; eu, se eleito, não vou contratar nenhum policial; eu, se eleito, não vou recompor quadros da saúde; eu, se eleito, vou deixar de fazer isso, isso, isso.* E vou, em contrapartida, fazer com que tenhamos 17 bilhões de incentivo em um ano e 55, em quatro, para os

*empresários do Paraná: que façamos grandes obras, que o pedágio não tenha mais, mas quando voltar volte com 30% de reajuste. Talvez fosse mais correto, porque aí saberíamos que foi eleito dentro de uma plataforma absolutamente correta e não... (Aplausos.)*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Homero Marchese.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, Sr.<sup>o</sup> Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Hoje de manhã eu e os Deputados Soldado Adriano, Dr. Batista e Evandro Araújo estivemos reunidos com o Governador Ratinho Junior, com o Vice-Governador Darci Piana e com o Comandante-Geral da PM, Coronel Hudson Teixeira. Os Deputados Delegado Jacovós e Maria Victória, embora não puderam estar presentes, acompanharam a reunião pela assessoria e os seus desdobramentos. E como representantes da sociedade civil de Maringá, estiveram presentes o Presidente da Associação Comercial e Industrial da Cidade, o Michel Felipe Soares; o Vice-Presidente, Mohamad Alli Awada; o Presidente do Codem, José Carlos Barbieri; e um membro do Codem e da ACIM, Luiz Fernando Ferraz. Na pauta, um pedido muito importante para a nossa região, que é o aumento do efetivo da Polícia Militar em Maringá e região. Historicamente, em Maringá, há um entendimento de que a cidade tem sido preterida na distribuição não só de equipamentos, mas de efetivo da Polícia Militar e, ao longo dos últimos anos de mandato, por uma série de requerimentos que fizemos à Secretaria da Segurança, confirmamos que isso não é apenas uma suspeita, mas, de fato, tem acontecido realmente, nos últimos anos, e digo isso há bastante tempo aqui no Estado do Paraná. Tanto a relação entre policiais e habitantes de Maringá é muito inferior à de outras cidades de porte parecido, como os índices de criminalidade de Maringá surpreendentemente têm sido maiores do que cidades mais bem garnecidas com as forças policiais. E existe em trâmite nesta Casa, hoje inclusive vamos votar, o PL 270, que cria 468 cargos na estrutura da Polícia Militar do Paraná e aparentemente nenhum deles vai para Maringá, eles serão destinados à criação de um Batalhão em Assis

Chateaubriand, um segundo Batalhão em Londrina e companhias independentes em Cambé e Palmas. Aliás, isso nos levou a fazermos uma emenda que será votada em breve, na qual pedimos voto, que diz o seguinte: "Que a instalação de novas unidades da Polícia Militar, a partir da aprovação desta Lei, dependerá de decisão motivada, que levará em conta, entre outros fatores previstos, a proporção do número de policiais por número de habitantes da área de atuação da unidade, de modo que não haja discrepância entre as diferentes regiões do Estado". Entre outros pedidos que fizemos hoje e sugestões, está o principal, que é a instalação de um batalhão dedicado só às ocorrências da cidade de Maringá, e de um segundo batalhão destinado, Deputado Goura, às ocorrências das cidades da Região Metropolitana de Maringá. O Governador e o Comandante Coronel Hudson foram muito compreensivos, mostraram disposição em resolver esse problema e o Comandante Coronel Hudson prometeu que, em 30 dias, deve apresentar para a sociedade civil de Maringá uma proposta de aumento do efetivo para a cidade e região. Queria agradecer muito ao Governo por isso e que a reunião de hoje possa gerar mais frutos. Um segundo assunto, Sr. Presidente, ao qual gostaria de falar tem a ver com uma PEC, uma Proposta de emenda à Constituição, apresentada agora pelo Deputado Federal Paulo Martins. É uma PEC há muito tempo aguardada, que estamos chamando de a PEC em Defesa da Democracia. A proposta é voltada a alterar o funcionamento do Supremo Tribunal Federal, para dar uma resposta à sociedade diante dos abusos cometidos pela Corte nos últimos anos. Nota-se claramente, Deputado Marcio Pacheco, que o Supremo Tribunal Federal virou uma Corte política. Um Tribunal que deveria pacificar o País, mas que tem feito o contrário, tem gerado o caos. Um Tribunal que atua claramente de forma ideológica e sem freios. Acostumamo-nos a ver decisões monocráticas de Ministros suspenderem a aplicação de leis aprovadas por centenas de Parlamentares. Acostumamo-nos a ver partidos nanicos, com representação ínfima no Congresso Nacional, pautarem o debate público no País ao provocarem o STF e obterem dele decisões judiciais que tiram de circulação rapidamente determinadas leis, ou que mandam o poder público fazer determinadas coisas, às vezes, com impacto financeiro gigantesco. Acostumamo-

nos a ver Ministros do STF apresentarem-se não como Juízes que devem ter discrição no cargo, mas, como atores políticos, que se comportam como verdadeiras “divas” em eventos, palestras, em redes sociais, em entrevistas, e quase sempre viajando várias vezes por mês para eventos mais esdrúxulos possíveis, especialmente quando são realizados em cidades de belas paisagens europeias ou fora do Brasil. Não por acaso, o Supremo Tribunal Federal, hoje, seja a pior Corte Constitucional do mundo, atestado isso por pesquisa pública. Nessa semana, o *Poder Data*, o Instituto indicou que 41% da população brasileira classifica o trabalho do STF como ruim ou péssimo. É isso que dá fazer política quando se deve fazer a aplicação da lei. Há instâncias diferentes para fazer isso daí. E a justificativa dessa PEC começa com uma citação primorosa do professor de Direito Rodrigo de Oliveira Kaufmann, que diz o seguinte: “O STF é uma instituição que captura a grande parte das partes políticas do País, submete-se ao jogo de obstrução política dos partidos da oposição, e neste caso não é obstrução do processo legislativo, mas do próprio funcionamento das instituições. Desdenha e reduz a importância da atividade parlamentar. Suspeita e pré-julga o trabalho do Poder Executivo e faz tudo isso em um regime de trabalho que tende a prestigiar o juízo pessoal, não o colegiado e não o institucional de cada um dos seus membros.” Aliás, a justificativa que acompanha a PEC é extremamente bem-feita e dá para ver que os seus autores, além de dominar completamente a técnica legislativa, acompanharam bem, com atenção, a escalada autoritária do STF no País nos últimos anos, conhecem bem de história e têm percebido os efeitos nocivos que essa escalada tem produzido para a democracia brasileira. A independência entre os Poderes está virando pó no Brasil com o STF se intrometendo nos Poderes e subjugando os Poderes Executivo e Legislativo. E para responder a esses vários problemas, a PEC propõe, entre outras, algumas mudanças, como: 1.º: Aumento do quórum para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Hoje, é maioria absoluta, a PEC propõe aumento para dois terços; 2.º: Estabelecimento também do quórum de dois terços para a concessão de cautelares ou outras decisões de qualquer natureza que suspendam a eficácia de lei ou ato normativo. Vedada, sob pena de

nulidade, vedada a concessão por decisão monocrática. Então, a PEC termina com a decisão monocrática. Exige pelo menos dois terços para dar decisão liminar no STF; 3.º: Necessidade de convocação do órgão colegiado para apreciar a suspensão da eficácia de lei ou ato normativo quando o pedido for feito no recesso, para evitar o que tem virado regra no STF, que é o aproveitamento de férias, recesso, em finais de semana, para Juízes sozinhos concederem decisões em processo de constitucionalidade; 4.º: Aumento do quórum para admissibilidade de recurso extraordinário; 5.º: Estabelecimento do prazo de quatro meses para apreciação do mérito em ações constitucionais, assim que uma cautelar é deferida, para evitar que o Ministro dê uma cautelar e “sente em cima” do processo, eternizando uma discussão, que acontece muito; 6.º: Aumento do quórum para decisão de processos que contenham matérias sensíveis ali arroladas. E, por fim, criação de requisito extra ao exercício do direito de ação pelos partidos políticos, para evitar, por exemplo, que um PSOL da vida, que tem 9 mil votos em representação no Congresso Nacional, possa governar o País, como tem feito nos últimos anos. Parabenizo o Deputado Paulo Martins e a sua assessoria por este trabalho. Espero que essa PEC possa avançar, reunir as assinaturas necessárias e que ela possa ser inserida na nossa Constituição, para que possa passar a integrá-la. Deputado Tadeu, por favor.

**Deputado Tadeu Veneri (PT):** O debate é necessário, Deputado. Só gostaria de acrescentar que talvez se tivermos esse debate e essas condições para o STF, ele possa ser também para os demais tribunais.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Perfeito.

**Deputado Tadeu Veneri (PT):** Porque concordo plenamente com o senhor, não é possível que tenhamos prazo para advogado e não tenhamos prazo para o Juiz. Ou seja, o advogado tem um prazo para entrar com a ação, tem um prazo para responder, tem todos os prazos. O Juiz pode entrar, conceder uma liminar e passar anos, anos, anos sem simplesmente não dar satisfação nenhuma. Então, que também tenhamos prazo certo para os outros, porque aí de fato vamos ter

como analisar os processos e tê-los nos seus prazos concluídos. Só lembrando, Deputado, que há casos em que o processo é julgado e é dado o direito, é dado ganho de causa àquele que entrou com o processo, depois que já não tem mais sentido, como é o caso, por exemplo, de cassação de mandato. Quando acaba o mandato você dá razão a quem entrou, mas aí a *Inês é morta*, não é?

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Perfeito, Deputado Tadeu. Espero que mudando o Tribunal mais alto do País, essas mudanças alcancem os demais. Alcancem, por exemplo, também, o STJ, que tem virado basicamente em alguns casos uma Corte política, que atua para agradar o governante de plantão, de modo às vezes que o Ministro ali chegue ao Supremo Tribunal Federal. Isso não pode acontecer, seja um governo de esquerda ou um governo de direita. Precisamos acabar com isso. E que essas mudanças também cheguem, depois, aos Tribunais de Justiça dos estados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Senhor Presidente. Alô! Alô! Alô! Som. Está baixo. Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Presidente Traiano, resolvi falar deste lado hoje, para quem nos acompanha, este lado aqui é o lado em que a esquerda fala e daquele lado a direita, onde falamos. Vim para este lado hoje falar por uma curiosidade, porque quero ver se minha cabeça muda, quero enxergar o Brasil da esquerda, como a esquerda enxerga o Brasil. Vou ver como é que é, porque ontem... É algo impressionante, porque os Deputados do PT enxergam outro Brasil, que eles criticam, dizem que a economia está liquidada, tudo destruído. Acho que eles têm na memória genética o Governo do PT, que quebrou o Brasil, que saqueou o Brasil, que inflacionou o Brasil. Lembrando ao Deputado Tadeu, colega aqui do PT que ontem teceu críticas infundadas ao Governo Bolsonaro, como sempre, narrativas da esquerda, eles querem achar algo errado no Governo e não conseguem. Procuram, procuram e não

conseguem! E quando foi o Governo PT não precisava nem procurar, Deputado Micheletto, todo dia tinha escândalo no Governo PT: *Petrolão, mensalão, BNDES, Caixa Econômica, Bolsa Família* tinha roubo, todo lugar tinha roubo. Todo! Agora eles querem achar pelo em ovo no Governo Bolsonaro, lembrando que o Presidente Bolsonaro tem mais de 30 anos na política e não tem sequer um processo por crime de desvio de dinheiro público. Um sequer! Se falarmos do ex-condenado Lula, nossa, a ficha corrida dá para dar a volta aqui na Assembleia inteira! Não só dele, todos os Ministros que foram demitidos e presos por corrupção. E ontem o Deputado falou assim: “É incrível como tem gente que ainda acredita que Presidente Bolsonaro fala algo que possa ser levado a sério.” Pois bem, acho que a esquerda não leva a sério o Presidente Bolsonaro, óbvio, mas eles levavam a sério a Dilma. Lembram-se da Dilma, que não conseguia concluir uma frase sequer, uma pessoa totalmente desconectada com o mundo real e foi Presidente do Brasil? Óbvio que iria levar ao caos o nosso Brasil. Indicação de quem? Do tio Lula, o “descondenado”. Lembrando que a Presidente Dilma foi Presidente do Conselho da Petrobras e é bom lembrar aqui aos petistas de plantão que ela autorizou a compra lá em Passadina. Lembra, Deputado Arilson? Você não se lembra de Passadina, que ela comprou lá? Ela pagou mais de US\$ 1 bilhão e valia menos de US\$ 100 milhões. Esse era o dinheiro da Petrobras, isso era como eles mexiam com o dinheiro da Petrobras. Agora está caro o combustível, mas o rombo que eles fizeram, desviando e saqueando a Petrobras, foi algo sem precedentes. E também a esquerda não levar a sério o Bolsonaro pouco importa, porque o resto do mundo leva. O Brasil hoje é o quarto País que mais recebe investimentos internacionais e isso mostra credibilidade com o Governo Bolsonaro e com o Brasil, coisa que não tinha mais no Governo PT, porque foi *um mar de lama*, de escândalos de corrupção. Outra frase dele aqui, olhem só, abre aspas porque não é fala minha, é do Tadeu Veneri: “Iremos perder, segundo estimativa do *Todos pela Educação*, até R\$ 30 bilhões aos dois setores.” Essa *Todos pela Educação* é uma associação, uma ONG que diz ser apartidária. É mais uma narrativa do PT! Agora, é tão apartidária, gente, que vou mostrar uma coisa para vocês aqui. Quando venho falar aqui, falamos a verdade, não

narrativas. E esses números que o PT inventa, não estão em lugar nenhum, só em organizações ligadas ao PT. No caso aí dessa ONG, o que você vê lá, a postagem dela? Entrevista com o Ministro Barroso... Ah, a Presidente lá é Priscila Cruz. Quem quiser, entre no Instagram dela. Priscila Cruz, esquerdista de carteirinha. Ela põe aqui Boulos, fala mal do Governo Bolsonaro, entrevista também aquela figura cômica, aquele Senador Randolfe Rodrigues, que é mais uma piada aquele cara, para quem vê, uma caricatura, não é um Senador. São essas referências que o PT usa para vir a esta tribuna aqui falar para o povo, destilar o veneno mentiroso deles! Ainda ele usa aqui, o Deputado Tadeu: “E aí o Jair Bolsonaro inventa todo esse de presepada.” Ora, Deputado Tadeu, presepada, esse termo não é usado no nosso Governo conservador, não. Presepada, fanfarrice, foi o Governo do PT. O Lula, quando viajava, ia à ONU fazer discurso, ele era o fanfarrão, dizia que tinha 25 milhões de crianças nas ruas, inventava números e dava risadas. Isso é ser fanfarrão! Um cara que fica fazendo discurso com uma garrafinha de água cheia de cachaça, que outro dia um fotógrafo foi tirar e ele ficou bravo: *Não mexa na minha garrafa, não.* Então, presepada não é termo para um Governo sério como o Governo Bolsonaro. E quando eles dizem que a economia está destruída, a educação destruída, é bom lembrar que quem destruiu a educação, quem destruiu a educação, com o método Paulo Freire, foi o PT, que *jogou no lixo* a educação brasileira, ficou no pior índice mundial. Agora não, agora temos um novo Fundeb, sancionado pelo Presidente Bolsonaro, está investindo em colégio militar, está mudando o Brasil. O Brasil hoje é um País...

**Deputado Alexandre Amaro (REP):** Um aparte, Deputado.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** ... entre os 20 países que mais geraram empregos pós-pandemia, lembrando que no Governo Dilma não teve guerra, não teve pandemia, não teve nada. O que teve nos Governos Lula e Dilma é falta de vergonha na cara, é falta de respeito com o povo...

**Deputado Alexandre Amaro (REP):** O senhor concede um aparte, Deputado?

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** ... com o dinheiro público e com a bandeira verde e amarela do nosso Brasil, porque eles carregavam a bandeira vermelha com a foice e punham fogo na bandeira do Brasil. É isso o que aconteceu! Tem a palavra... Onde está?

**Deputado Alexandre Amaro (REP):** Aqui. O Presidente abaixou muito o microfone hoje. Não sei o que aconteceu, Presidente! Está muito baixo hoje, hein! Ah, agora está melhor. Obrigado. Obrigado, Deputado Ricardo Arruda. Só queria fazer aqui uma colocação, porque estava ouvindo hoje a fala do nobre Deputado Requião e aí ele falou da Bíblia e todas as vezes que falamos da Bíblia como uma defesa, temos que citar a Bíblia toda. Ele já citou mais de uma vez o *amarmos* e *amassarmos*. Mas queria só citar aqui... Esperem aí, porque o Elio Rusch está gritando muito aqui! A ideologia que temos não é de gênero, mas a de Gênesis, que diz assim: “Criou Deus o homem à sua imaginem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.” Foi homofóbico isso? Criou homem e mulher. Ok? Aí depois diz assim, Requião, Romanos, capítulo 1, versículo 26: “Por causa disso, Deus os entregou às suas paixões vergonhas. Até suas mulheres trocaram suas relações sexuais naturais por outras, contrárias à natureza.” Da mesma forma, Deputado Romanelli, quando acendemos as luzes hoje... É algo ideológico, não tem Bíblia! “Até os homens trocaram as suas relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixões uns pelos outros. Cometeram tais atos indecentes, homens com homens, e receberam em si mesmos o castigo merecido pela sua perversão.” Romanos 1, 26-27. Paulo era homofóbico? Paulo dizendo. Mais uma coisa: “Não sabeis que os injustos não herdarão o Reino dos Céus? Não erreis: os devassos, idólatras, adúlteros, efeminados, sodomitas, ladrões, avarentos não herdarão o Reino dos Céus.” Então, estou lendo aqui a Bíblia. Vocês podem baixar o aplicativo da Bíblia, não precisa carregar uma Bíblia, tem vários aplicativos. Só estou citando, Deputado Requião, porque quando o senhor usou a Bíblia, o senhor citou a Bíblia que o senhor lê e falou dos 10 mandamentos, só queria explanar um pouco mais sobre a palavra em um contexto geral. Então, está no Velho Testamento e no Novo Testamento. Moisés, lá no Pentateuco, falou acerca disso, então, Moisés era homofóbico, depois Paulo fala ali no livro de

Coríntios. Então, a palavra é essa, Deputado Goura, a Bíblia é essa. Concordo, vocês podem defender o que quiserem, não recriminamos ninguém, porém, quando falamos da Bíblia, temos que citá-la toda, no seu contexto de Gênesis a... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL):** Para concluir.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Vou pedir para concluir, Deputado Amaro...

**Deputado Alexandre Amaro (REP):** Porque ela vale em um todo. Obrigado!

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** ... só para finalizar.

**Deputado Alexandre Amaro (REP):** Muito obrigado, Deputado.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Imagina.

**Deputado Requião Filho (MDB):** Deputado Arruda, fui citado, o senhor me permite um aparte, rapidinho.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Só um minutinho, é apenas para finalizar. Esse ato de vir falar nesta tribuna da esquerda, para ver como eles enxergam o Brasil, posso afirmar que continuo enxergando o Brasil como ele é. Um Brasil próspero, com um Governo sério, um Governo conservador, um Governo que defende os valores da família, defende Deus, Pátria e Família. O meu respeito por todos, Deputado Tadeu Veneri, um cara experiente, Deputado Arilson, são ótimas pessoas, só estão lado errado, esse lado da esquerda. Vamos em frente.

**Deputado Requião Filho (PT):** Deputado Arruda, estou preocupado porque o Pastor Amaro está pecando. Ele está usando poliéster e roupas de tecidos diferentes. Esses dias, ele comeu camarão. Na Bíblia diz claramente: “Mas tudo o que não tem barbatanas, nem escamas, nos mares e nos rios, todo réptil das águas e todo ser vivente que há nas águas, estes serão para vós.”

**Deputado Alexandre Amaro (REP):** Não sou judeu, Deputado. Não sou judeu.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para concluir.

**Deputado Requião Filho (PT):** São pecados, fofocar também. Ele trabalha sábado também. Fico muito preocupado com a alma do nosso Pastor Amaro, já que ele está levando tão *ao pé da letra* a nossa Bíblia.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** *Pela ordem*, Sr. Presidente, já que fui citado. Não estamos fazendo um debate, um debate bíblico. Quando entramos em uma seara que não é nossa, acaba falando alguma coisa que não deve.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Requião, Vossa Excelência excedeu o tempo. Vou conceder só 30 segundos para o Deputado, até porque está muito estudioso de Bíblia, o Deputado Requião.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho lá os meus livros teológicos. Vou emprestá-los para ele depois, porque tem 27 anos que prego essa palavra. Então, não posso entrar na seara de outros falando de uma coisa que não entendo em um todo, porque vou pecar. Quando falo de polícia, consulto os meus parceiros da polícia. Quando falo de assuntos, consulto. Então, a Bíblia tem que ser citada. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok, Deputado. Próximo orador, Deputado Marcio Nunes.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Como dizia o velho Brizola: *Estão começando a costear cerca*, Sr. Presidente.

**DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP):** Senhor Presidente, o tatame está sendo construído?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Antes da fala do Deputado, por favor. Antes da fala do Deputado Marcio Nunes, gostaria de fazer um registro também aqui, muito triste. O funcionário desta Casa Marcelo Eduardo Pienaro Crisóstomo, que estava lotado na Procuradoria-Geral da Assembleia, sofreu um acidente de moto em São Paulo e acabou falecendo nesta tarde. Ele é um funcionário efetivo da Assembleia. Os nossos sentimentos e condolências à família.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Senhor Presidente, nosso Secretário Romanelli, Sr.<sup>s</sup> Deputados, senhoras e senhores. Inicio aqui hoje, esses dias fiz uma referência a uma propaganda da *Gilette*, que é uma das maiores fabricantes de aparelho de barba do Brasil. Algumas pessoas não entenderam direito e até levaram a mal, mas é que a *Gilette* tinha uma propaganda. A propaganda da *Gilette* dizia o seguinte: *Que a primeira lâmina fazia tchan. Que a segunda lâmina fazia tchan. E tchan, tchan, tchan!* É porque a barba ficava bonita. Foi isso o que disse. Então, se alguém entendeu diferente, o que era o *tchan, tchan*, então, é isso aí. Mas hoje foi um dia muito especial, em que recebemos o comunicado do TRF4, que mais uma vez o Estado do Paraná ganhou na Justiça a liberação de R\$ 107 milhões, R\$ 107 milhões, por meio dos quais foram adquiridos 375 caminhões que beneficiam quase 300 municípios. Então, ganhamos aqui na Justiça e ganhamos no TRF4. De quem ganhamos? Das ONGs radicais ambientalistas, que mais uma vez queriam deixar que o dinheiro do Paraná, que tem que ser usado para os pequenos municípios, para atender a todas as pessoas, que mais uma vez foram contra. Mas mais uma vez ganhamos, como falei, que até agora não perdemos e não vamos perder nenhuma, porque o dinheiro do Paraná não vai parar no Rio de Janeiro, para os cariocas nos dizerem o que vamos fazer daqui a dois anos com o dinheiro. Além do que, estamos entrando com uma ação civil pública para resgatar esses 110 milhões que sumiram, misteriosamente, no Paraná e foram parar em uma tal de Funbio, que ninguém sabe e nem ninguém viu onde está o dinheiro do Paraná. Mas dizer que foi um esforço, realmente, muito grande da nossa equipe técnica do Instituto Agro e Terra, onde temos hoje o melhor plano de aplicação do Brasil, de uma ação civil pública. Amanhã, convido todos os Deputados, que vão

estar lá, já confirmaram a presença, mais de 250 Prefeitos do Estado do Paraná, mais Vereadores e lideranças. Então, vamos ter a grande maioria dos Prefeitos do Estado do Paraná, aqui, amanhã, para poder fazer a retirada. Às vezes, as pessoas perguntam: *Nossa, por que tão rápido?* Porque tão rápido, porque o Paraná tem pressa. Não é uma coisa que demora bastante, Deputado Marcel Micheletto, porque ela é bem-feita. Não é uma coisa feita com rapidez, agilidade, atendendo ao que tem de maior benefício hoje para a população, fazer as coisas de maneira correta, com agilidade, que é ruim. Mas tem gente que entende que quando você consegue atender à comunidade, com rapidez, que isso é ruim. Então, para nós é um dia de muita satisfação. Amanhã, entregaremos, por exemplo, caminhões compactadores de lixo. Para que serve um caminhão compactador de lixo? Obviamente, que é para compactar o lixo. Infelizmente, os pequenos municípios não têm R\$ 350 mil para comprar um caminhão compactador de lixo. Na segunda-feira, de manhã, tem que coletar o lixo, o caminhãozinho mais velho da Prefeitura é o caminhão de lixo, quebrou a embreagem. Quebrou a embreagem, o caminhão só vai passar na quinta-feira. Chegou à quinta-feira, já choveu. Os cachorros já buliram no lixo, já esculhambou tudo. Aí, o caminhãozinho velho vai lá coletar o lixo que está molhado e sai derrubando o chorume na rua. Aqueles que nunca cruzaram o pedágio em São Luiz do Purunã, nunca sujaram a botinha, os meio ambientalistas de boutique, acham que distribuir caminhão compactador de lixo não é cuidar do meio ambiente. Mas o TRF4, o TRF4 disse que os caminhões compactadores de lixo, sim, são para cuidar do meio ambiente. Também estamos distribuindo amanhã os caminhões-baú. O que é o caminhão-baú, que faz parte da *Patrulha Ambiental*? O Ministério Público vai lá e multa os municípios, porque o município não faz reciclagem de lixo. Só que para o município fazer reciclagem de lixo, a primeira coisa que tem que ter é um caminhão-baú, que é o caminhão para reciclagem de lixo. Então, esse equipamento da *Patrulha Ambiental*, com o caminhão compactador, são as principais coisas para que você possa fazer a reciclagem de lixo. O TRF4 disse que o caminhão para separação de lixo, caminhão-baú, é para cuidar do meio ambiente. Disse mais o TRF4. O TRF4 disse o seguinte, que os

caminhões poliguindastes, que são os caminhões para catar os entulhos, quando um cidadão faz uma reforma de um banheiro, sobra caco de telha, tijolo, areia, que em vez de ir lá e entupir a boca de lobo e parar lá em uma mina, assorear o rio e contaminar as nossas nascentes, que, sim, o caminhão poliguindaste é para cuidar do meio ambiente. O Ministério Público diz que não e as ONGs ambientalistas radicais dizem que não, mas mais uma vez o TRF4 e aqui a Vara Federal de Curitiba disseram também que além do caminhão-baú, além do caminhão compactador, além do caminhão caçamba, que o caminhão limpa fossa, que é para não *dar merda*, caminhão limpa fossa. Boa parte dos municípios do Paraná, infelizmente, ainda não tem esgoto. Quando enche o esgoto do cidadão, custa R\$ 500,00 para limpar uma fossa. Então, hoje, as parcerias dos municípios, os municípios vão lá e fazem a limpeza da fossa e levam para tratar em lugar adequado, para que o resíduo da fossa não vá contaminar os rios. Mais uma vez, a Justiça Federal de Curitiba e o nosso TRF4 disseram que também isso é cuidar do meio ambiente. Mas também não sendo surpresa, como a *Patrulha Ambiental* do Paraná contém também um caminhão pipa, que é para evitar os incêndios no Estado do Paraná, o TRF4 disse que os cinco equipamentos que estão sendo comprados pelo Estado do Paraná, ou melhor, foram comprados, adquiridos e que já estão sendo entregues em tempo recorde, que todos eles, caminhão pipa, limpa fossa, baú, caçamba, poliguindaste, todos eles são caminhões para defender o meio ambiente. E, mais, o TRF-4 referendou o nosso conceito dos corredores ecológicos, porque um desastre ambiental, quando ele acontece cem, cento e cinquenta quilômetros, Deputado Tadeu, por exemplo, do Rio Iguaçu, todas as águas do Paraná, praticamente todas, menos as do litoral, que vão para o mar, todas vão parar no Rio Paraná: as do Rio Iguaçu, as do Rio Piquiri, as do Rio Tibagi, as do Rio Ivaí, as do Rio Paranapanema, vai tudo parar lá, então é tudo contaminação da água. Então, os corredores ecológicos, sabe bem o Deputado Romanelli, que é um grande estudioso da área, que há mais de cem anos...

**Deputado Soldado Fruet (PROS):** Um aparte, Deputado?

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Daqui a pouco, Deputado. Que há mais de cem anos é estudado o corredor ecológico, mas só que, mais uma vez, mais uma vez, o ambientalista radical e as ONGs radicais dizem que isso não é cuidar do meio ambiente. Por favor, corredor ecológico há mais de cem anos é discutido e temos que fazer o seguinte, temos que melhorar os nossos corredores ecológicos. É isso que temos que fazer. Agora, cidadão quer que coloquemos o dinheiro onde? E dizer, Marcel, que esses 107 milhões que foram liberados, e que amanhã já estamos entregando uma parte dos equipamentos, é a garantia, é a garantia que os outros programas, os parques urbanos, as galerias de água pluvial, os poços artesianos, a conservação do solo e da água, o dinheiro para o Simepar, para monitoramento, satélite, radar, análise de mudanças climáticas, que o dinheiro para o Corpo de Bombeiros para combater incêndio, que o dinheiro para a Polícia Ambiental do Paraná, para combater a pesca ilegal, caça clandestina, tráfico de aves, todo esse dinheiro será liberado. Temos mais 900 milhões, mais cedo, mais tarde, vamos ganhar. Infelizmente podíamos ter, os radicais reconhecerem que já perderam aqui em Curitiba, já perderam no TRF-4, e vão perder, podiam parar pelo menos de boicotar os pequenos municípios do Paraná e nos ajudar a fazer com que o dinheiro possa vir, porque já é reconhecido, melhor plano de aplicação do Brasil é o plano do Estado do Paraná. Então, por isso fico muito satisfeito, muito feliz de amanhã poder entregar 208 caminhões, atendendo a quase 200 pequenos municípios do Estado do Paraná. Então, conto com a presença de vocês. Fico muito feliz e com a certeza de liberar os outros 900 milhões para o povo do Paraná. Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pela Liderança do Governo, Delegado Jacovós. Registrar a presença do Vereador de Cianorte, Sr. Tiago Fontes, por solicitação do Deputado Homero Marchese, e dos Coordenadores do Depen, Maurício Ferracini, Rogério Oren, Doutor Peixoto, Renato Silvestre, Luciano Brito, Delegado Dias e Tiago Correia, e do Diretor-Adjunto do Depen, Lourenço Paian, por solicitação do Deputado Boca Aberta Junior.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Senhor Presidente, Mesa Diretora, Sr.<sup>s</sup> e Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Muito honrado em estar aqui neste momento, o Líder Marcel Micheletto que com muita sabedoria conduz a Liderança do Governo, designou-me para que pudesse hoje falar em nome da Liderança. Quero cumprimentar todos os policiais penais do Estado do Paraná que estão presentes nesta Casa de Leis, policiais penais que com muita galhardia, vamos dizer assim, desempenham suas funções nos quatro cantos do Estado do Paraná, sempre buscando de forma efetiva melhorar a questão do gerenciamento e a gestão dos presos no Estado do Paraná. Então, é muito importante hoje, teremos aqui uma segunda votação de um Projeto de Lei que cria os cargos FPPs, são Funções Privativas Policiais, porque é óbvio que quando alguém tem a direção de um estabelecimento penal, ele tem sob responsabilidade muitas situações que somente nós que já trabalhamos na segurança pública podemos aqui descrever. São situações muitas vezes conflitantes, até mesmo com a sociedade, porque quando neste momento, por exemplo, em algumas localidades que esta também é uma direção do Governo Ratinho Junior, colocar os presos para trabalharem neste Estado, muitas vezes a sociedade é incompreensiva e vemos o trabalho desses policiais penais. Estou verificando que, em muitas cidades, esses trabalhos, os presos sendo colocados para trabalhar, que é um direcionamento, sim, do Governador Ratinho Junior. No Paraná, preso, doravante, todos terão que trabalhar para se sustentarem. Isso deveria ser em todo o País. Então, muito merecidas essas gratificações que estão sendo votadas hoje aqui para os policiais penais. E, como eles disseram, tiveram que *cortar na própria carne*, ou seja, alguns ganhavam um valor, ou recebiam um valor um pouco maior, e esse valor será reduzido para contemplar todas as unidades de direção, buscando no próprio orçamento a solução. Então, estão de parabéns aqui todos os policiais penais presentes, está aqui a Presidente do Sindicato, a Vanderleia, esteve aqui o Vice-Diretor, o Paian, acho que se encontra por aqui. Eles fazem um gerenciamento com inteligência, vêm aqui na Assembleia Legislativa, dirigem-se a todos os gabinetes, da situação, da oposição, buscando realmente os seus direitos. E é assim que se faz...

**Deputado Soldado Adriano José (PP):** O senhor me concede um aparte?

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Concedo sim. Quero dizer também, o Soldado Fruet, a quem respeito muito, às vezes o Fruet sobe aqui, obviamente com aquela ênfase em defender a segurança pública, Fruet, já teve situações até que o Fruet aqui se dirigiu, vamos dizer, de maneira não elegante ao nosso querido Governador Ratinho Junior, e entendo essa ênfase em defender a segurança pública, mas é preciso, Fruet, colocar alguns pontos nos devidos lugares. Sou Delegado de Polícia há 27 anos, fui Escrivão de Polícia durante cinco anos e vou dizer para o senhor, a situação da segurança pública no Estado do Paraná hoje é muito melhor de outrora. Vou dizer para o senhor que fui Delegado Regional, ou subdivisional, em Apucarana, em Governos anteriores, e respondia sozinho por 13 cidades, 5 Comarcas, posso nominar aqui para o senhor na região de Apucarana, era Delegado-Chefe de Apucarana, Marilândia do Sul, Grandes Rios, Faxinal, Jandaia e São João. Naquela época, governos anteriores, não tinha Delegado também. Então, assim, quando colocamos uma situação atual, parece que tudo de mal na segurança pública, ou todas as situações são deste Governo. E aí temos de considerar, Deputado Fruet, que o Governo assim que, este atual Governo, assim que assumiu, tentou fazer os concursos públicos, já iniciou os concursos, aí veio a pandemia. E não foi por culpa obviamente do Governo, Deputado Marcel Micheletto, Líder do Governo, que a Universidade Federal do Paraná cancelou os concursos, tomando todos nós de surpresa, aí ficou parado por mais um ano. Vejam que os profissionais da PM, os soldados, foram incorporados agora, terão que permanecer na academia por pelo menos seis meses para depois irem para a rua. Então, com todo o respeito, Fruet, sei que você defende a segurança pública, mas não podemos ficar especificamente culpando o atual Governo, já vem de anos anteriores.

**Deputado Soldado Fruet (PROS):** O senhor me concede um aparte?

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Só esse aparte. Então, quero aqui dizer que tenho que parabenizar o Governador, ontem, lá no Guatupê, entregando

250 viaturas, anunciando a contratação de mais mil policiais militares, além desses 2.400, contratação de 150 Delegados de Polícia. A maior contratação nesses 32 anos que estou na Polícia Civil, é a maior contratação de Delegados. Então, não podemos, temos que ser, lógico, já vim aqui criticar a segurança pública, mas temos que ser pontuais. Então, com todo o respeito, Fruet, só fiz a menção a Vossa Excelência, já vou lhe conceder aparte. Primeiramente o Soldado Adriano, que pediu aparte primeiro. Por favor, Adriano. Primeiro, o Deputado Pacheco.

**Deputado Marcio Pacheco (REP):** Quero brevemente apenas, Deputado Delegado Jacovós, falando em segurança pública, fazer um destaque importantíssimo para a região Oeste do Paraná e Cascavel. Três anos que estamos em uma luta muito grande, e hoje o Governador, com o Comandante-Geral da Polícia Militar, anunciaram, com a nossa presença, a implantação da terceira escola de formação, aperfeiçoamento e especialização de praças da Polícia Militar na cidade de Cascavel. Isso é uma conquista para a região, Deputado Delegado Jacovós, gigante, porque deixará, os nossos policiais militares não precisarão mais deixar as suas residências lá na região Oeste e virem para Curitiba, ou para Maringá, que é onde existe hoje as Esfaep. Então, havendo essa escola lá os policiais poderão realizar os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização lá em Cascavel, e, além disso, haverá um incremento substancial no próprio número de policiais na cidade de Cascavel, porque os cursos de formação e aperfeiçoamento são constantes. Então, uma conquista muito importante. Quero registrar meu agradecimento ao Secretário Mesquita, ao Governador, ao Coronel Hudson, e também registrar quem puxou primeiro essa fila, que foi o Coronel Teixeira, Comandante do 5.º Comando Regional, além do Coronel Jorge, que é o Comandante do 6.º Batalhão e do Capitão Tavares, que estão fazendo uma grande luta lá. E o Prefeito Paranhos, que quando foi consultado se ele viabilizaria a estrutura, disse que o que precisar vamos colocar para que a Esfaep seja em Cascavel. Então, quero registrar mais uma grande conquista desse Governo, que é para a região Oeste do Paraná, para Cascavel. Obrigado, Deputado.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Parabéns. Adriano, por favor.

**Deputado Soldado Adriano José (PP):** Delegado Jacovós, quero só parabenizar os nossos policiais penais pela organização na luta pelas suas pautas, pelo trabalho que prestam com muita excelência e qualidade. Aqui quero parabenizar o Doutor Caricati, o Silveira, o Everton, a Vanderleia, que é a nossa Presidente do Sindarspen, com o Ivolcir, todos os nossos policiais penais que fazem parte das regionais. Enfim, os policiais penais de forma geral. E agradecer ao nosso Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, que quando chegou aqui a esta Casa deu abertura, para que nós que fazemos parte da segurança pública do Estado, pudéssemos avançar nas pautas que ficamos muito tempo debatendo e agora temos avançado. Então, quero agradecer ao Marcel Micheletto e ao Governo, ao Ortega, na Casa Civil, enfim, uma satisfação estar Deputado Estadual e poder trabalhar nessas pautas que são importantes para a segurança pública do nosso Estado, tanto para os policiais penais, agentes de segurança socioeducativo, polícia militar, polícia civil e polícia científica.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Por favor, Fruet.

**Deputado Soldado Fruet (PROS):** Delegado Jacovós, nessa época, como o senhor disse, o senhor era Delegado e passou por toda essa situação, eu era soldado e também passei. Entramos aqui para mudar essa realidade. O senhor está fazendo a parte do senhor, eu estou fazendo a minha, falta o Governador, que também sabia disso, e não está fazendo a parte dele. É isso que está sendo cobrado aqui. Obrigado, Delegado.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Fruet, acho que o Governo está fazendo a parte... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Delegado Jacovós, por favor, para concluir.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** Acho que tudo tem o seu tempo, tudo tem a sua hora. Fizemos então a reestruturação da Polícia Penal, da Polícia Científica, a Polícia Militar ganha novos integrantes, a Polícia Civil, vamos também readequar, vamos reestruturar, com a Liderança do Marcel Micheletto e a ajuda desta Casa de leis, tenho certeza. Hoje mesmo vamos começar fazer justiça aqui às Delegacias da Mulher, aos Denarcs, ao grupo de operações aéreas, aos Delegados Adjuntos, vamos aqui hoje votar uma gratificação, que também essas pessoas fazem com que a criminalidade no Estado do Paraná diminua dia a dia. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Arilson.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente Traiano, boa tarde. Discursos, números, propagandas, rojões, placas, realidade diferente. Ontem fiz uma fala aqui sobre o decreto do Governador que pede prorrogação do estado de calamidade, e fui pesquisar um pouquinho sobre as atitudes dos gastos referentes à saúde pública no Estado do Paraná. E o Paraná, a Covid no Paraná matou mais do que no restante do Brasil. O Paraná é um dos estados que mais matou por Covid. Os casos no Paraná representam 8.12%. As mortes no Paraná representam 6.5% da população, perdão, 6.5% das mortes no Brasil, e a população do Paraná representa apenas 5.4%. Sabem por que isso? Porque a autorização para gasto efetivo, o estado de calamidade pública não foi usado em saúde, foi usado para outras coisas, para propaganda, para outras Secretarias, não que não fossem importantes, mas fiz uma conta e amanhã o Governo vai entregar 208 caminhões, que são importantes, no valor de 400 mil cada um, R\$ 83 milhões, dinheiro pequeno para o tanto de dinheiro que foi usado em desconformidade com o gasto de saúde pública ou pelo estado de calamidade pública. É vergonhoso esta Casa se sujeitar a aprovar mais um decreto de prorrogação de estado de calamidade pública, sendo que o Governo do Paraná já fez leis, que tira máscara, proíbe a comprovação da vacinação e tomou outras medidas de relaxamento. Se tem uma coisa que não foi usado esse decreto foi para gasto em saúde pública. Em 2019 não tinha pandemia, 12.2%; 2020,

pandemia em alta, 12.4% do orçamento em saúde; 2021, 12.5%. Parece que a decretação do estado de calamidade pública é para facilitar o gasto público, sem fiscalização, feito sem consequências legais. Aqui o estado de calamidade pública é um gasto facilitado, para não ser ter as exigências legais e fazer um processo correto. O Governador não está preocupado com a saúde do povo, está preocupado em fazer oba, oba, e é oba, oba. Tenho um estudo aqui, é uma vergonha para esta Casa, Presidente Traiano, o que vou ler aqui agora. No decorrer de janeiro até 9 de maio foram editados 86 decretos de superávit financeiro, 5 bilhões. Excesso de arrecadação, 9 decretos, 474 milhões, representando 5,1 bilhões a mais em arrecadação, e mais 31 decretos envolvendo R\$ 270 milhões sobre transferência e transposição. Só com o aumento de arrecadação não prevista é maior que o gasto de saúde, porque até agora a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná conseguiu executar apenas 5% do seu orçamento, e vamos aqui aprovar um decreto de prorrogação do estado de calamidade pública. Podia chamar prorrogação da calamidade da propaganda pública, podia chamar propaganda eleitoral pública, menos esse nome, porque não tem vínculo nenhum com o tema. Esta Casa está sendo usada por uma propaganda e é difícil para o povo do Paraná passar por uma situação dessa. Estamos em um momento em que é preciso ter cuidado. O problema do Paraná é gerenciamento, é, sim, escolha política. E quando abrimos os números do Estado do Paraná, encontra: Paraná, 43.415 mortes por Covid, número no Brasil ontem, 670 mil. Ou seja, o Paraná teve 6.5% das mortes do Brasil e a sua população só representa 5.4, 8.2% dos casos do Brasil todo. E onde foi feito o gasto da calamidade pública? Foi feito em outras Secretarias. Por exemplo, na época dessa edição, R\$ 51 milhões, 788 mil para a Secretaria da Infraestrutura, Logística e Fomento Rodoviário como contribuições para melhoria de asfalto; 26 milhões para construção na segurança pública; 19 milhões para a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável. Não é que o dinheiro não é importante, é muito importante para as Secretarias, mas tem desvio de finalidade. O dinheiro era para ser gasto na saúde, sabe por quê? Porque a rubrica, o texto que justifica o que está no decreto é para fins de calamidade pública, dispensando os regramentos.

Ou seja, o Governo na verdade é perverso, do Paraná, é um Governo que se preocupou em transformar a realidade em um modelo virtual de entendimento. Cada vez que chegamos a um número, o Paraná é o primeiro. O primeiro Estado do Sul em desigualdade social aumentada, de acordo com o IBGE de 2019 a 2022. Agora é um dos estados que mais matou por Covid com percentual de população. E a propaganda? A propaganda aumentou, o gasto aumentou. Existe, na verdade, um desvio de finalidade. Existe na verdade, aqui, uma legalização do desvio de finalidade se aprovarmos esse decreto que aumenta o período de calamidade pública. Uma manutenção, ou melhor, uma maquiagem do orçamento, para o Ratinho? Não pode chamar de Ratinho, desculpa, para o Governador Junior usar em coisas que não são da saúde. Para o Governador Junior usar na propaganda ou fazer oba-oba e depois aqui até somos criticados, porque alguns falam que somos contra repassar o dinheiro para o município: boicota ao município. Boicota ao município é a renúncia fiscal que tirou R\$ 5 bilhões dos cofres públicos dos municípios. Boicote, sim, aos municípios, é ter esse excesso de arrecadação e ser usado para outra finalidade. Agora não dá para engolir um discurso que não tem convicção matemática, que não tem lógica numérica, que os seus próprios anais, os documentos do Governo mostram o contrário. Ou estão mentindo? A Secretaria da Fazenda está mentindo: não são esses números aqui? Se não forem esses números vem aqui e faz o contraponto. O Governo até hoje e aqui esta Casa, Presidente Romanelli, tem que ter um pouco mais de firmeza com o Governo do Estado. Três apresentações com o Secretário da Fazenda que vem aqui, fica de entregar a mudança da renúncia fiscal e não entrega! E estão passando a mão na nossa cara, aqui! Já cobrei isso uma, duas, três, por escrito e não vem. *Ah, não teve renúncia, mudamos a fórmula*, mas cadê a fórmula que mudou? Não tem explicação, não tem retorno do requerimento; vem aqui de novo e fala que vai entregar e deixa o papel em cima da mesa, não responde nada. Qual que é a função do Deputado aqui dentro? É fiscalizar e ter acesso aos documentos. Por isso que está essa festa! Está parecendo um programa que passa no SBT de segunda à noite, só festa! Só festa! Temos que dar o papel para esta Casa, tem que dar retorno ao que é pedido aqui dentro. Tem que ter retorno

às argumentações e aos questionamentos. Daqui a pouco, mês que vem, vem o Secretário de novo, e o Deputado Tadeu vai perguntar: *E a renúncia fiscal de 17 bilhões?* Ele vai dizer: *Não teve, mudou a fórmula.* Aí o Deputado Maurício Requião, pede: *Cadê o documento?* Ele fala: *Não trouxe, novamente.* E vai ficar assim? Vai ficar até quando desse jeito? E vamos ouvir aqui discursos inflamados de caminhões, de ambulâncias; 17 bilhões compra o Governo inteiro do que foi dado nos três últimos anos para os municípios! Dezessete bilhões é o orçamento da segurança que é 4.2! É o orçamento da folha de pagamento da educação que é 6.5! É o orçamento da saúde que é 6.1! Estão renunciando por ano o gasto de saúde, educação e segurança. E vai fazer rojão? E vai fazer faixa e tirar fotinho? E o povo? E os 43 mil mortos no Paraná que é maior do que a média nacional? Vamos até quando engolir ou esconder essa realidade? Não dá! E esta Casa aqui tem que participar. Recuso-me, recuso-me a votar sequer o processo que estende o prazo de calamidade pública para desvio de finalidade, para mentir para o povo paranaense. Às vezes tenho muita ponderação nas palavras, mas é mentira o que estão usando aqui dentro. Não tem uso para calamidade pública! O Paraná já largou de calamidade pública faz tempo, porque escolheu gastar em propaganda e nunca na saúde. Escolheu gastar em asfalto e não na saúde; escolheu comprar equipamentos e não em saúde. Deputado Tadeu.

**Deputado Tadeu Veneri (PT):** Deputado Arilson, quero parabenizá-lo porque acho que é preciso lembrarmos sempre: o valor da renúncia fiscal é o valor que está faltando no salário dos servidores, está faltando na segurança, está faltando na saúde, está faltando na educação. E às vezes colocamos isso até tem horas que descontraído, falam que esse é contra, aquele é contra, aqui ninguém é contra que os municípios tenham ônibus ou tenham isso ou tenham aquilo, desde que o dinheiro seja da fonte correta... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Deputado Arilson, por gentileza, conclua o seu raciocínio.

**Deputado Tadeu Veneri (PT):** Não sendo a fonte correta, não vamos concordar. Como o senhor falou: calamidade pública em um Estado que diz que fez a segunda maior geração de renda, o segundo maior número de empregos, o maior disso, disso, disso, e tem calamidade? Qual calamidade? O Governador tem que responder.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A calamidade é para desviar a origem do gasto público. É uma fórmula que legaliza esse aborto literalmente de renúncia, de receita do Estado. O povo está à mercê de um Governo que sequer sabe contar para a população o que está fazendo com o dinheiro. Dezessete bilhões de reais é o investimento que o Estado, ao longo de quatro anos, perde um orçamento. A cada quatro anos, renuncia o seu orçamento. E hoje estamos aqui, oh, para aprovar para esses servidores um Projeto superimportante para melhorar a vida salarial e digna deles, que podia ser dobrado se quisesse, por conta da renúncia, mas, por escolha política, não é!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Obrigado, Deputado Arilson. Queremos destacar aqui, na tribuna de honra desta Casa, a liderança indígena que pela Casa de passagem em Curitiba, Sr.<sup>a</sup> Jovina Renga. Seja muito bem-vinda. É um pedido do Deputado Goura o anúncio aqui da sua presença, mas em nome do Deputado Goura a Mesa também se associa. Passamos à Ordem do Dia.

### **ORDEM DO DIA.**

**[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Júnior (PROS), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO),**

*Evandro Araújo (PSD), Francisco Buhrer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichenbach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT) e Tião Medeiros (PP) (41 Parlamentares); Deputados com justificativa: Nereu Moura (MDB), conforme art. 104, § 5.º, Inciso V do Regimento Interno; Cristina Silvestri (PSDB), conforme art. 97, § 3.º, Inciso I do Regimento Interno; Cantora Mara Lima (REP), conforme art. 97, § 2.º, Inciso IV do Regimento Interno; Luciana Rafagnin (PT), conforme art. 97, § 3.º, Inciso I do Regimento Interno; Luiz Carlos Martins (PP), conforme art. 97, § 3.º, Inciso I do Regimento Interno; Cobra Repórter (PSD), conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno; Tercílio Turini (PSD), conforme art. 97, §3.º, II do Regimento Interno; e Tiago Amaral, conforme art. 97, §3.º, II do Regimento Interno (8 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Jonas Guimarães (PSD) e Maria Victória (PP) (2 Parlamentares).]*

#### **Projetos que necessitam de Apoioamento.**

**Projetos de Lei:** *(Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 284/2022* do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Claudivan Fernando Passinato; **Autuado sob o n.º 285/2022** do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de veículos novos para a utilização exclusiva em prestação de serviço autônomo de transporte remunerado, privado e individual de passageiros em viagens solicitadas por usuários através de aplicativos de transporte de passageiros; **Autuado sob o n.º 286/2022**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe a redução do Imposto sobre a

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de motocicletas e motonetas novas para a utilização exclusiva em prestação de serviço autônomo de coleta, transporte e entrega de mercadorias prestado por meio de serviços de motofrete no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 287/2022**, do Deputado Tercílio Turini, que concede o Título de Capital Paranaense de Produção de Tijolos ao Distrito de Triolândia; **Autuado sob o n.º 288/2022**, dos Deputados Goura, Professor Lemos e Tadeu Veneri, que dispõe sobre a proibição de aplicação foliar do princípio ativo Fipronil no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 289/2022**, dos Deputados Goura e Tadeu Veneri, que revoga a Lei n.º 19.992, de 13 de novembro de 2019, e altera o art. 1.º da Lei n.º 14.356, de 7 de abril de 2004, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana e o Dia do Tropeiro.

**Projeto de Decreto Legislativo:** (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 5/2022** da Comissão Executiva, que reconhece para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem n.º 51, de 27 de junho de 2022.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

### **Passamos aos Itens da pauta.**

**ITEM 1** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 55/2022, que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando núcleos regionais de atendimento e a central de relacionamento com o cidadão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vossas Ex.<sup>as</sup>, por economia processual, já tiveram acesso à ementa. Em discussão o Projeto, ressalvadas as emendas. Não

havendo quem queira discutir, está em votação. Votando o Projeto. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição pede voto “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD)** Votando, senhoras e senhores. Deputados Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Justus e Plauto Miró, que ainda não votaram. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (16 Deputados).]** Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022.**

Vamos votar as emendas. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os que forem favoráveis com a expressão “sim”, os contrários “não”. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A emenda é do Pacheco?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** As duas juntas. As emendas estão agrupadas, Excelência.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição também pede voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** É uma emenda da CCJ e uma de Plenário. Está em votação, senhoras e senhores. Ainda não fizeram uso do direito de voto os Deputados Alexandre Curi, Coronel Lee, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Nelson Justus, Plauto Miró e Reichembach. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).]** Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas. (O Sr. Presidente, Deputado Luiz Claudio Romanelli, registra em Ata o voto favorável do Deputado Reichembach.)**

**ITEM 2 – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 362/2016, de autoria do Deputado Paulo Litro, que estabelece, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. O Projeto está... Vamos passar à discussão do Projeto, ressalvada a emenda.**

**DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO):** Senhor Presidente, questão de ordem.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Pois não, Deputado Reichembach.

**DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO):** No Projeto anterior, solicito constar o meu voto favorável, que não funcionou o equipamento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Será registrado em Ata, Excelência. Não havendo quem queira discutir, está em votação o Projeto. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Presidente Romanelli, o senhor permite *pela ordem*?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Pois não, Excelência.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Enquanto estamos em processo de votação, só fazer o registro, Presidente, que hoje estamos encaminhando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Pereira e do Sr. Dom Phillips, no Amazonas, nesses dias que abalaram não só o Brasil, mas o mundo como um todo. Só lembrar aqui, como diz o *Manifesto por Bruno e Dom: em luto, na luta*, o Sr. Bruno Pereira não era um aventureiro e não estava a passeio. Era um servidor da Fundação Nacional do Índio, ativamente comprometido e qualificado. E o Sr. Dom Phillips um repórter inglês, que vivia no Brasil desde 2007, repórter do *The Guardian* e também para outras publicações importantes. Só lembrar, Sr. Presidente, que acho que é um sinal que esta Casa dá também de que o Brasil não pode mais tolerar a violência contra os defensores dos povos indígenas. Aqui estamos com a Jovina presente e também daqueles que se dedicam à defesa do meio ambiente. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Perfeitamente. A Mesa Diretora se associa, Excelência, ao voto de pesar. Está em votação. Ainda faltam os Deputados Luiz Fernando Guerra, que não votaram, Plauto Miró, Evandro Araújo, Gilson de Souza e Guto Silva. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (16 Deputados).]** Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **aprovado o Projeto de Lei nº 362/2016.**

Passamos, agora, à discussão da emenda. Não havendo quem queira discutir, está em votação a emenda. Os que forem favoráveis votam “sim”, os contrários “não”. Como os Líderes encaminham?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A emenda é corretiva, Presidente. A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição também pede voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Votando, senhoras e senhores. Ainda não fizeram o direito do uso de voto os Deputados Anibelli Neto, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Luersen, Plauto Miró e Tadeu Veneri. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (16 Deputados).]**

*Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.***

**ITEM 3** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 117/2020, de autoria do Deputado Dr. Batista, que denomina de Rodovia Prefeito Walter Romão de Oliveira a extensão da PR-691. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Regime de urgência. Está em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir o Projeto, está em votação. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Votando, senhoras e senhores. Ainda não exerceram o direito de voto os Deputados Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Luersen, Plauto Miró. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio**

*Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 117/2020.*

**ITEM 4** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 506/2021, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Nilson Valdir Müller. Parecer favorável da CCJ. Está em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Como os Líderes encaminham?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Votando, senhoras e senhores. Ainda não fizeram o uso do direito de voto os Deputados Boca Aberta Junior, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Luersen, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho e Tião Medeiros. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (35 Deputados); **Não Votaram:**

*Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 506/2021.***

**ITEM 5** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 167/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 29/2022, que institui a Lei Orgânica da Polícia Científica do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Há uma emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos votar, neste momento, neste turno, o Projeto, ressalvada a emenda. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Votando, senhoras e senhores. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Obrigado! Deputado Marcel, V.Ex.<sup>a</sup> precisa fazer o registro do seu voto. Os demais Parlamentares nem vou chamar, porque não estão em Plenário. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri,**

*Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 167/2022, ressalvada a emenda.*

Agora, vamos votar a emenda. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A emenda?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** A emenda, sim.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança pede o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Está em votação.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Não fizeram o exercício do direito de voto os Deputados Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Luersen e Plauto Miró. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (36 Deputados); Votou Não: Gilberto Ribeiro (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri,**

*Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovada a emenda.*

**ITEM 6** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 199/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício 763/2022, que altera a Lei n.<sup>º</sup> 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Está em discussão o Projeto, ressalvadas a emenda e a subemenda. Como não há ninguém que queira discutir, está em votação. Como encaminham os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** O Projeto, ressalvadas a emenda e a subemenda.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim” ao Projeto.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Ainda não fizeram exercício do direito de voto os Deputados Artagão Junior, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto Miró, Reichembach e Soldado Adriano José. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch,**

*Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 199/2022, ressalvadas a emenda e a subemenda.*

Está em discussão a subemenda. Não havendo quem...

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede agora atenção dos Deputados, na subemenda do Deputado Goura votar “não”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim” à emenda do Deputado Goura.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “não” aos Deputados da Base.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição pede o voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Perfeitamente. Está bem entendido, é a subemenda que estará em votação. Em votação, senhoras e senhores.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Voto “não” aos Deputados da Base. Peço o voto “não”. Pelo amor de Deus, gente! Vamos ter seriedade aqui! Estamos levando na brincadeira. É voto “não” para os Deputados da Base.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Ainda não fizeram o exercício do direito de voto os Deputados Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Nelson Luersen, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Presidente, embora esteja fazendo da forma como sempre faço aqui, não está confirmado o voto. Meu voto é “sim”, mas não está confirmado o voto aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** A assessoria técnica aqui do Plenário vai poder auxiliá-lo.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Perfeitamente. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Gilberto Ribeiro, Goura, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (28 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (18 Deputados).] Com 8 votos favoráveis e 28 votos contrários, **está rejeitada a Subemenda.** Não foi aprovada a subemenda.

Passamos à votação da emenda agora.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A emenda também a Liderança do Governo pede o voto “não”. Preciso do empenho dos Deputados da Base. Voto “não”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”. Verdinho e confirma.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Está em votação.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Em caráter de urgência, o Marcel pede o voto vermelho.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Das poucas vezes, peço o voto vermelho, voto “não”.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Estão costeando a cerca. Estou falando, Sr. Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** É falando de vermelho, usando o lado de cá! Está ficando bom isso aqui.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** O pessoal está vindo para esta tribuna... Não sei, não! Esta convivência vai ser animada!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Ainda não exerceram o seu direito de voto os Deputados Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva...

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Preciso do voto do Arruda, Plauto...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** ... Mabel Canto, Nelson Luersen, Plauto Miró e Ricardo Arruda. O senhor deseja falar alguma coisa, Deputado Marcel?

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Ele está fazendo um jogral com o senhor, Presidente!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Perfeitamente.

**DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL):** O Deputado Traiano não votou.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** É uma aflição mesmo. Está encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Gilberto Ribeiro, Goura, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (28 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (18 Deputados).] Com 8 votos favoráveis e 28 votos contrários, **está rejeitada a emenda.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):**

**ITEM 7 – 2.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 268/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 48/2022, que cria as funções privativas-policiais no âmbito do Departamento de Policia Penal, bem como no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1,** dos Deputados Michele Caputo, Mabel Canto, Mauro Moraes, Coronel Lee, Alexandre Amaro, Jonas Guimarães, Cobra Repórter, Requião Filho, Plauto Miró, Soldado Fruet e Delegado Fernando

Martins; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Marcel Micheletto, Paulo Litro, Tiago Amaral, Ricardo Arruda, Marcio Nunes, Delegado Jacovós, Nelson Justus, Delegado Fernando Martins e Gilson de Souza; e Emenda de Plenário n.º 3, dos Deputados Marcel Micheletto, Delegado Jacovós, Paulo Litro, Nelson Justus, Tiago Amaral, Nelson Luersen, Marcio Nunes, Ricardo Arruda, Alexandre Amaro, Delegado Fernando Martins, Mauro Moraes, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Soldado Adriano José e Elio Rusch.) **O Projeto recebeu emendas e retorna à CCJ.**

**ITEM 8** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 270/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 50/2022, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes, ao Projeto?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Presidente, não abriu aqui na minha tela a votação. Queria registrar o voto “sim”, por gentileza.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado?

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Artagão.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Artagão. Devidamente...

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Agora abriu aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Abriu. Então, ainda pendentes os votos dos Deputados Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva,

Nelson Luersen, Plauto Miró e Ricardo Arruda. Vou repetir aqui, Deputados Evandro, Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Luersen, Plauto Miró e Ricardo Arruda, ainda pendentes os votos. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artágão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (36 Deputados); Votou Não: Soldado Fruet (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).]** Com 36 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 270/2022.**

Vamos submeter ao voto as emendas. Agora, há um **Requerimento n.º 2148/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, requerendo destaque da Emenda de Plenário sob o n.º 2 apresentada ao Projeto de Lei n.º 270/2022.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** A Oposição vota “não”, apenas os votos da Oposição.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** O meu voto é também “não”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Voto de...?

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Homero.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Homero.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Soldado Fruet.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputados Homero, Mabel, Soldado Fruet, Arilson, Tadeu, Requião. Quem mais?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Lemos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O Professor está.

**DEPUTADO CORONEL LEE (PDC):** Coronel Lee.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Coronel Lee.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Deputado Goura. Deputado Goura, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Nove votos, com o Deputado Goura, contrários. Os demais favoráveis. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Vamos submeter ao voto, então, a emenda n.º 2. Em discussão a emenda n.º 2.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, *pela ordem*. Essa emenda é do Deputado Micheletto? Já comprehendi. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A emenda é minha, ali?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** É a emenda n.º 2.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança pede voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Como votam os Deputados Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros? O Deputado Tião votou. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (35 Deputados); Votou Não: Soldado Fruet (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (18 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovada a emenda.**

Vamos submeter agora ao voto a emenda n.º 1.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Homero Marchese.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Presidente, serei breve, então, peço para falar daqui se possível. Essa emenda que apresentei passa a indicar o seguinte: a instalação de novas unidades operacionais da Polícia Militar, a partir do aproveitamento do efetivo criado por essa lei, dependerá de decisão motivada que levará em conta, entre outros fatores previstos na legislação, a proporção do número de policiais por número de habitantes da área de atuação da unidade, de modo que não haja discrepância entre as diferentes regiões do Estado. Hoje, a Lei Orgânica da Polícia, se não estou enganado, Lei de Organização da Polícia Militar, desculpa, ela indica que as unidades da polícia serão criadas levando em conta estatísticas criminais, critérios sociais e outros fatores, mas ela não indica que deve haver uma proporção parecida entre todas as regiões do Estado, em relação ao número de policiais por habitantes. Isso tem levado o Paraná a uma discrepância, em especial – conheço bem esse caso –, na nossa região de Maringá, que tem um número muito inferior de policiais às regiões de cidades de portes parecidas como Londrina, por exemplo, muito inferior, e Londrina, agora, inclusive, até parabenizo Londrina por isso, mas preciso chamar a atenção para essa questão, terá um segundo batalhão, quando Maringá tem um batalhão para 12 cidades, incluindo Maringá. Então, não me parece justo. Essa emenda não dispensa os outros critérios que serão avaliados também, mas um critério que vai ser levado em conta, necessariamente, é a relação entre policiais e habitantes. Acredito que é uma medida importante para que demos justiça ao contribuinte paranaense, porque, afinal de contas, o dinheiro para pagar folha de salário, para pagar equipamento, para pagar combustível, é arrecadado uniformemente no Estado. Então, peço voto “sim” aos Sr.<sup>s</sup> Deputados. Muito obrigado.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Para encaminhar, Sr. Presidente. Soldado Fruet.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Soldado Fruet.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** É muito pertinente essa emenda. Iria encaminhar o Projeto, mas acabei, passou batido aqui. Mas os Deputados só estão aumentando o número de defasagem de soldados, de policiais defasados. Tínhamos cerca de 8.000, agora, temos cerca de 8.478. É muito importante essa emenda do Deputado Homero, porque esse Projeto é meramente político. Como posso passar para o contribuinte, em uma cidade como Fazenda Rio Grande, que a criminalidade é três vezes mais do que Assis Chateaubriand? Uma Fazenda Rio Grande de 100 mil habitantes não tem um batalhão, tem uma companhia. Assis Chateaubriand, que sabemos que é a terra do nosso Líder do Governo, aqui, do nosso, não, do Líder do Governo, Deputado Marcel, vai ganhar um batalhão. Então, com toda a certeza esse Projeto é meramente político e a emenda do Deputado Homero vem corrigir isso, para questões futuras de indicações de batalhões.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Presidente, não vou entrar nesse mérito, porque estão tentando desconstruir o Projeto. A emenda do Deputado Homero prejudica o Projeto. Então, a relação quantitativa de habitantes não é um critério técnico. Quero fazer um apelo aos Deputados da Base, para que votem “não” à emenda do Deputado Homero.

**DEPUTADO CORONEL LEE (PDC):** Para encaminhar, Coronel Lee.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado? Coronel Lee.

**DEPUTADO CORONEL LEE (PDC):** Senhor Presidente, só falando uma parte técnica. A LOA exige um policial para cada 500 habitantes. Para locais com maior incidência de violência, é um policial para cada 250. Então, estamos bem aquém. Só passando uma parte técnica. Até passei para o Deputado Soldado Fruet a situação de Fazenda Rio Grande, lá não tem uma companhia, tem um pelotão. É isso. Obrigado.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Pior ainda, tem um pelotão. Cem mil habitantes, um pelotão. Trinta mil habitantes, um batalhão.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos à votação, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Como indicam o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “não” à emenda do Deputado Homero.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Por parte técnica pedimos o voto “sim”. Tem que ser meramente técnico e não político essa indicação.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, com o Deputado Homero.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo faz um apelo aos Deputados da Base, que votem “não”.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** A população pede o apelo para votar “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Enquanto os Sr.<sup>s</sup> Deputados votam, comunico que a Sessão de amanhã, em função da pauta extensa, vamos iniciar às 8 horas. Todos acordem cedo. E faço um apelo para que não tenhamos oradores inscritos amanhã pela manhã.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Senhor Presidente, *pela ordem*.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só no Pequeno Expediente, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Nelson Justus.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Apenas para registrar que teremos, tão logo o término da Sessão Plenária, uma Sessão da CCJ.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Hoje, Deputado?

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Hoje. Hoje. Hoje.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Temos um número de Deputados que não votaram ainda, Dr. Batista...

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Preciso do apoio dos Deputados da Base para rejeitarem a emenda do Deputado Homero. Voto “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Alexandre Curi, Doutor Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Pacheco, Paulo Litro.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Voto “sim”, Deputados, por favor.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Quem vota “sim”? Ah, o Deputado.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Voto “não” aos Deputados da Base. Estou pedindo para os Deputados votarem “não” à emenda do Homero.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Estou pedindo para votar “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Soldado Fruet, Vossa Excelência está muito insistente hoje. Vamos encerrar a votação: **[Votaram Sim: Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (12 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho e Soldado Adriano José (21 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos**

*Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (21 Deputados).] Com 12 votos favoráveis e 21 votos contrários, está rejeitada a emenda.*

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Agradeço o apoio.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Líder do Governo, fazer um apelo aos Sr.<sup>s</sup> Deputados para que venham ao Plenário. Há Deputados em Plenário que também não estão votando.

**ITEM 9** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 10/2019, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui o Programa “Maria da Penha vai à Escola”, visando sensibilizar o público escolar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e ainda divulgar a Lei Maria da Penha. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Marcel, Vossa Excelência vai votar? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (34 Deputados); Não Votaram: Ademar**

*Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 10/2019.***

**ITEM 10** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 452/2021, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui a Política Estadual de Prevenção e Combate a Furtos e Roubos de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Marcio Nunes, seu voto, Deputados Artagão e Boca Aberta Junior.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Alexandre Curi, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (35 Deputados); Não**

**Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 452/2021.**

**ITEM 11** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 159/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/2022, que autoriza o Poder Executivo a promover um aporte financeiro a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Afac da Companhia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Oposição também.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Como votam os Deputados Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior? Deputado Marcio Pacheco, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura,

*Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 159/2022.***

**ITEM 12** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 248/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Sebastião Fagundes Cunha. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Voto “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Sempre lembrando que teremos mais uma Sessão Extraordinária após esta, Sr.<sup>s</sup> Deputados, portanto a presença é fundamental, porque o quórum está muito baixo. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 248/2022.**

**ITEM 13** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 250/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 41/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.164, de 2 de abril de 2020, que autoriza a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná a envidar medidas objetivando apoiar a recuperação econômica dos

empreendedores formais e informais, além da infraestrutura de municípios atingidos por emergências, calamidades ou desastres, com oferta de crédito e apoio técnico às atividades econômicas locais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson Chiorato, Artagão Junior, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 250/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

**REQUERIMENTOS.**

Requerimentos com sua discussão adiada, Deputado Boca Aberta e Deputado Michele Caputo: **Requerimento n.º 2014/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário da Administração e da Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, conforme específica; e **Requerimento n.º 2015/2022**, do Deputado Michele Caputo, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação e da Cultura, requerendo informações relacionadas à Superintendência Geral da Cultura. Como encaminha o Líder? Requerimentos, Deputado Marcel Micheletto, adiados.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Enviar como expediente, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Devidamente encaminhado como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

**Requerimento n.º 2131/2022**, do Deputado Nelson Justus, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 184/2022 ao Projeto de Lei n.º 154/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento n.º 2138/2022**, do Deputado Ademar Traiano, requerendo dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Sessão Ordinária da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimentos n.ºs 2123 e 2124/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de votos de congratulações: à Sr.ª Vivian Biazon El Reda Feijó; e ao Cardeal Dom Geraldo Majella Agnello; **Requerimento n.º 2127/2022**, do

Deputado Nereu Moura, requerendo o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sra. Elisa Cristina Szekut, servidora pública e Diretora do Sismucap, do município de Capitão Leônidas Marques, eleita como a melhor merendeira do País pelo reality Show merendeiras do Brasil, promovido pelo MEC e FNDE; **Requerimento n.º 2129/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo que seja realizado um desvio com retorno próximo ao Bairro Reserva, na rodovia PR-323, entre Maringá e Cianorte; **Requerimento n.º 2130/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Administração e Previdência, requerendo a alteração da Emenda Constitucional 45/2019 e da Lei n.º 20.122/2019, que determinam a cobrança de contribuição previdenciária sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que não superam o teto do INSS, a fim de se isentar de contribuição aqueles que percebem proventos inferiores a este limite; **Requerimento n.º 2136/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, requerendo que determine a tomada de providências necessárias e uteis com o objetivo de estancar a crescente onda de ocorrências de crimes no município de Mariluz e Região Noroeste; **Requerimento n.º 2137/2022**, da Deputada Mabel Canto, requerendo o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa à Sr.<sup>a</sup> Sanucia Pereira Oliveira; **Requerimento n.º 2139/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de voto de congratulações com menção honrosa à Sra. Elisa Cristina Szekut da Silva, merendeira da Escola Municipal Terezinha Machado, do município de Capitão Leônidas Marques; **Requerimento n.º 2140/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Padre João Caruana; **Requerimento n.º 2141/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro de menção honrosa aos participantes do “Projeto Tecnologia Digital e Participação Social na Vigilância e Definição de Áreas e Ações Prioritárias para Controle da Febre Amarela em São José dos Pinhais”; **Requerimentos n.ºs 2143 e 2144/2022**, do Deputado Michele Caputo,

requerendo o registro de menção honrosa: ao Sr. Pablo Melo Hoffmann; e ao Dr. Luciano do Valle Saboia; **Requerimento n.º 2145/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Padre João Caruana; **Requerimento n.º 2146/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.<sup>a</sup> Iracema Spadin Ferreira; **Requerimento n.º 2149/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro de voto de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.<sup>s</sup> Bruno Pereira e Dom Philips; **Requerimento n.º 2151/2022**, do Deputado Goura, requerendo o registro e o envio de menção honrosa para a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia-AOPA, pelos 27 anos de atuação em prol de uma agricultura mais sustentável; **Requerimento n.º 2154/2022**, dos Deputados Tercílio Turini e Alexandre Curi, requerendo o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo atenção especial e acompanhamento minucioso do trabalho iniciado pela Infraero sobre a possível reativação do Aeroporto do município de Porecatu.

#### **Requerimento com despacho do Presidente.**

**À Diretoria Geral para providências:** **Requerimento n.º 2134/2022**, dos Deputados Luciana Rafagnin, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Professor Lemos, Goura, Requião Filho e Tadeu Veneri e Arilson Chiorato, solicitando a inclusão da Deputada Cristina Silvestri como coautora ao Projeto de Lei n.º 218/2022; **Requerimento n.º 2142/2022**, da Deputada Cristina Silvestri e do Deputado Michele Caputo, requerendo a inclusão do Deputado Michele Caputo como coautor ao Projeto de Lei n.º 340/2021; **Requerimento n.º 2147/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, Líder do Partido União Brasil, indicando o Deputado Plauto Miró como membro titular e membro suplente, para compor as vagas do Partido União Brasil, em substituição aos anteriores ocupantes das vagas: **Titular** da Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos, da Comissão de Esportes e da Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda; e **Suplente** da Comissão de Defesa do Consumidor; **Requerimento n.º 2152/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, requerendo a juntada de documentos

à Emenda n.º 3 apresentada ao Projeto de Lei n.º 268/2022; **Requerimento n.º 2153/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, requerendo a juntada de documentos à Emenda n.º 3 apresentada ao Projeto de Lei n.º 268/2022; **Requerimento n.º 2156/2022**, da Deputada Mabel Canto, requerendo a retirada de sua assinatura na Emenda de Plenário n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 268/2022.

**Justificativas de ausência.**

**Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada: **Requerimento n.º 2125/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2126/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2133/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de junho de 2022 (antecipada para o dia 21 de junho de 2022, às 16h30).

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2128/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27 a 29 de junho de 2022.

**Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno** (em decorrência em viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 2132/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2155/2022**, do Deputado Tercílio Turini, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de junho de 2022.

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno** (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia); **Requerimento n.º**

**2135/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de junho de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando um **Sessão Ordinária** para amanhã, dia 29 de junho de 2021, à hora regimental, e duas **Sessões Extraordinárias** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia:** **Ordinária:** 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei Complementar n.<sup>º</sup> 5/2022 e do Projeto de Lei 362/2016; 2.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>º</sup>s 10/2019, 452/2021, 248/2022 e 268/2022; e 1.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>º</sup>s 375/2021 e 279/2022 e do Projeto de Decreto Legislativo n.<sup>º</sup> 5/2022; **1.<sup>a</sup> Extraordinária:** 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 268/2022; e 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.<sup>º</sup> 5/2022; **2.<sup>a</sup> Extraordinária:** Redação Final dos Projetos de Lei n.<sup>º</sup>s 167/2022, 268/2022 e 270/2022.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 17h49, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.<sup>º</sup> 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)